

Os Múltiplos de Porcos e Diamantes: A Economia Escrava de Minas Gerais no Século XIX

ROBERT W. SLENES^(*)

Resumo

Numa série de estudos, Roberto B. Martins e Amílcar Martins Filho argumentam que Minas Gerais foi uma das maiores importadoras de escravos africanos no Brasil durante a primeira metade do século XIX. Este artigo apóia a conclusão dos Martins, mas questiona a explicação que eles oferecem para o tráfico mineiro. Argumenta-se que não foi principalmente a abundância de terra (e a conseqüente falta de um mercado de trabalho livre) que levou os empregadores mineiros a continuarem requisitando o braço escravo. Outros fatores foram mais importantes: 1) a existência em Minas de uma economia extrativa e agropecuária significativa, orientada para mercados fora da província (no Brasil e no exterior); e 2) o alto preço de produtos importados para Minas (decorrente do alto custo do transporte) garantiu que a demanda por bens e serviços, oriunda dos setores exportadores, tivesse um efeito multiplicador especialmente grande sobre os setores que produziam para o mercado interno da província. Com o encolhimento relativo dos setores tradicionais de exportação du-

Abstract

In a series of studies, Robert B. Martins and Amílcar Martins Filho have argued that Minas Gerais was one the major importers of African slaves in Brazil during the first half of the nineteenth century. This article supports their findings, but it challenges the Martins' explanation for the Mineiro slave trade. It is argued here that it was not primarily the abundance of land (and consequent lack of a free labor market) which caused Mineiro employers to continue to purchase bondsmen. Other factors were important: 1) the existence in Minas of a significant extractive, agricultural and livestock economy producing for external markets (elsewhere in Brazil and abroad); and 2) the high price of imported goods in Minas (resulting from high transportation costs) which guaranteed that the export sectors' demand for goods and services exerted an especially large multiplier effect on the sectors producing for the province's internal market. With the relative decline of the traditional export sectors in Minas during the second half of the nineteenth century, slavery in the province – outside regions

O autor é professor do Departamento de História da UNICAMP.

(*) Trabalho concluído no final de 1984, divulgado nos *Cadernos IFCH-UNICAMP* Nº 17 (junho de 1985), mimeo., destinado a aparecer num livro de ensaios de vários autores sobre a economia mineira no século XIX, que acabou nunca sendo publicado. Na época, o trabalho teve bastante repercussão entre especialistas no assunto. Por este motivo e para torná-lo mais conhecido decidiu-se pela sua publicação aqui, sem modificações (além de revisões no português e na forma de citar as referências bibliográficas). As partes 1 e 2 deste artigo foram traduzidas pelo autor, com pequenos acréscimos e correções, do original em inglês (SLENES, 1983b, p. 596-581).

rante a segunda metade do século XIX, a escravidão na província – fora de regiões ligadas direta ou indiretamente à produção de café – também mostrou forte tendência ao declínio, ao contrário do que argumentam os Martins.

Palavras-chave: escravidão, historiografia, comércio de escravos, mercado interno, exportações.

linked directly or indirectly to coffee production – also showed a strong tendency to decline, contrary to what the Martins have argued.

Key words: slavery, historiography, slave trade, domestic market, exports.

Introdução

Este ensaio, composto de três partes, gira em torno do artigo de Martins Filho e Martins (1983, p. 537-568) publicado na *Hispanic American Historical Review*, artigo esse que foi acompanhado dos comentários críticos do presente autor (SLENES, 1983, p. 569-581) e que, com pequenas revisões, constitui a segunda parte deste ensaio, de Dean (1983, p. 582-584) e de Engerman e Genovese (1983, p. 586-590). A primeira parte consiste no resumo crítico do referido artigo e a terceira parte é uma réplica à resposta dos Martins (1984, p. 135-145) às críticas efetuadas nos três comentários.

1. Resumo Crítico: A Escravidão numa Economia Não-Exportadora

O argumento desenvolvido pelos Martins no artigo em questão e em outros estudos⁽¹⁾ é bastante surpreendente, pois desafia a visão tradicional da economia mineira no século passado e questiona a ligação que normalmente se faz, na bibliografia sobre a escravidão moderna, entre o trabalho forçado e a economia de exportação.

Os Martins mostram, de forma convincente, que a população escrava de Minas cresceu muito no século XIX; de aproximadamente 169.000 pessoas em 1819, subiu para 382.000 em 1873, quando a província reunia um quarto dos cativos no Brasil e era o maior “sistema escravista” do país. Para os Martins esse aumento de população se deveu ao influxo de um grande número de escravos africanos. Segundo seus cálculos, no período 1819-1850 – ou seja, no auge do tráfico africano de escravos para o Brasil – Minas teria sido uma das maiores províncias importadoras de mão-de-obra forçada, senão a mais importante.

Como explicar o comportamento dinâmico do “sistema escravista” de Mi-

(1) Na verdade, meus ensaios críticos analisam não só o artigo de MARTINS FILHO & MARTINS (1983), mas também os trabalhos de MARTINS (1980a, 1980b, 1983a, 1983b) e de MARTINS & SALAZAR MARTINS (1982). São minhas as traduções de trechos citados neste ensaio dos trabalhos, em inglês, dos Martins.

nas? Segundo os Martins, não foi a produção para mercados externos – nem direta, nem indiretamente – que gerou a demanda por escravos. A mineração do ouro, diamantes e pedras semipreciosas empregava poucos escravos no século XIX. A produção cafeeira em Minas foi inexpressiva na primeira metade desse século e mesmo na década de 1870 utilizava apenas uma pequena fração da força de trabalho escrava da província. As exportações de produtos agropecuários e de pano de algodão também empregavam poucos cativos. Além disto, a produção desses artigos para mercados externos em outras províncias ou no exterior era de pouca monta (em sua quantidade e valor) se comparada com a produção para o consumo interno. Os Martins reconhecem que Minas tinha que enviar para fora de suas fronteiras um volume de produtos suficiente para permitir sua grande importação de escravos. Mesmo assim, o setor exportador não era muito importante, nem como empregador de escravos, nem em termos do peso de sua produção no conjunto da economia da província. Enfim, Minas não era uma “economia exportadora”

Que tipo de economia era, então? Os Martins caracterizam Minas no século XIX como uma economia “vicinal” – ou seja, uma economia (ou conjunto de economias) em que a produção era voltada principalmente para o consumo local (MARTINS, 1980a, cap. V). Não teria faltado a essa economia um componente mercantil; de fato, os Martins enfatizam a existência e a importância de **mercados locais** em Minas. Contudo, essa economia teria sido menos mercantilizada que a de outras regiões do país, e muito menos que a economia do complexo cafeeiro de São Paulo e Rio de Janeiro. Os Martins chamam a atenção para a existência em Minas de um grande setor camponês que, se não vivia completamente à margem do mercado, produzia principalmente para sua própria subsistência. Por outro lado, eles sugerem que o setor escravista também teria sido menos orientado para a produção mercantil em Minas do que em outras regiões, citando como apoio a esse argumento a alta percentagem de escravos domésticos em Minas (comparada à proporção nas outras províncias) no recenseamento de 1872.

Se a economia de Minas não era voltada para fora, e nem era tão mercantilizada quanto a do resto do Brasil, de onde partia, então, o grande impulso para comprar escravos? De acordo com os Martins, a demanda por cativos tinha sua origem na alta razão terra/população que caracterizava Minas na época. Seguindo de perto a análise teórica de Wakefield, elaborada em obra clássica de 1849 sobre a experiência inglesa de colonização na Austrália⁽²⁾, os

(2) WAKEFIELD (1969); ver também WAKEFIELD (1967). São estas as edições utilizadas pelos Martins. Outros autores, que têm enfatizado a importância da “terra livre” para o surgimento e continuação da escravidão, citados pelos Martins, são: NIEBOER (1900) e DOMAR (1970). Ver especialmente Martins (1980a, cap. VI) sobre a formulação e aplicação da “hipótese Wakefield” para o caso mineiro.

Martins argumentam que a grande disponibilidade de terra em Minas (disponibilidade maior que a existente nas outras regiões brasileiras) impedia a formação de um mercado de mão-de-obra livre, já que praticamente ninguém se submetia a trabalhar como assalariado, parceiro etc., no quinhão dos outros, quando podia ser proprietário. *“Nesse contexto”, afirmam os Martins, “uma classe de donos de terra que não trabalhava podia sobreviver somente se continuava a depender do braço forçado”* (MARTINS FILHO & MARTINS, 1983).

Para os Martins, a evolução da economia escravista de Minas no período posterior à abolição do tráfico africano reforça esta análise. Apesar do crescimento da economia cafeeira em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Zona da Mata em Minas durante a segunda metade do século, não houve uma transferência maciça de escravos para fora da província e nem mesmo uma realocação interna radical. Na década de 1870, quando o ritmo da expansão cafeeira foi especialmente rápido, Minas provavelmente recebeu mais escravos de outras províncias do que exportou. Além disso, na mesma década, o número de escravos na Zona da Mata cresceu bastante; mas outras regiões não-cafeeiras de Minas também viram aumentar sua população cativa e o declínio do número de escravos no interior da província, nas antigas regiões mineradoras, foi apenas gradual. Mais importante ainda, uma análise de dados discriminados por município revela – na interpretação dos Martins – que não houve qualquer associação entre produção de café ou mineração e o fluxo da migração forçada de escravos. Tanto municípios cafeeiros quanto não-cafeeiros, tanto municípios onde havia mineração quanto os que não apresentavam essa atividade, ganharam ou perderam escravos. Completando este quadro, os Martins argumentam que os preços de escravos em Minas na década de 1870 eram, em geral, iguais ou mais altos que os das regiões cafeeiras do Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, a taxa de alforria na província era a mais baixa do Brasil. Tudo isto, para os Martins, confirma o apego especial de Minas à escravidão – apego que não dependia da existência de uma economia de exportação e que só encontra sua explicação no modelo teórico de Wakefield.

Fica claro o desafio que os Martins lançam à maior parte da historiografia sobre Minas. Se, para os Martins, a economia mineira voltou-se para dentro com a crise da mineração na segunda metade do século XVIII, o resultado não foi aquela involução econômica extrema geralmente retratada nos estudos sobre a capitania/província. Apesar do crescimento do setor de subsistência, a economia mineira no século XIX, segundo os Martins, ainda mantinha um grau significativo de mercantilização (embora um grau menor do que o de outras regiões). Além disso, e mais importante, não era uma economia decadente ou estagnada; durante boa parte do século estava em forte ritmo de expansão, a julgar por suas importações de escravos. Por outro lado, ao tentar explicar esse expansionismo, os Martins questionam uma vertente importante da historiogra-

fia sobre o trabalho forçado: aquela que vê na produção para a exportação a principal razão para o nascimento e crescimento da escravidão moderna. Em suma, o argumento dos Martins – se estiver correto – tem implicações das mais importantes. Merece, portanto, um cuidadoso exame crítico.

Um esforço valioso nesse sentido é o artigo de Luna e Cano (1983, p. 1-14). Estes autores argumentam que o pequeno grau de mercantilização da economia mineira não teria permitido a importação maciça de escravos africanos. Sugerem, portanto, que o aumento da população cativa da província, documentado pelos Martins, teria sido o resultado de causas naturais, ou seja, de um balanço positivo de nascimentos e mortes. Neste trabalho sustento o contrário. Acredito que os Martins subestimam em muito a importância do setor exportador de Minas e de seu impacto na economia interna da província. As atividades de exportação não só permitiam um grande tráfico de escravos, mas também constituíam o centro dinâmico da economia mineira. É a importância desse centro dinâmico – e de seus efeitos multiplicadores sobre o resto da economia – que explica o apego dos mineiros à escravidão durante boa parte do século. Por outro lado, a retração desse centro e de seus efeitos multiplicadores é responsável pelo **declínio** do sistema escravista, que se evidencia (ao contrário do que dizem os Martins) em grande parte do interior de Minas nas últimas décadas do Império.

2. Comentário Crítico: A Escravidão Numa Economia Ligada à Exportação

Quando submetida à apreciação dos coordenadores de um congresso sobre história econômica em São Paulo, uma versão anterior do estudo dos Martins foi rejeitada sob a alegação de ser apenas de importância regional, não nacional⁽³⁾. A crítica carece de fundamento e só confirma a assertiva dos Martins de que a tendência, na história econômica, tem sido equacionar o sistema escravista à *plantation* (a grande fazenda agrícola, orientada para mercados no estrangeiro) e negligenciar a análise de outros contextos em que o trabalho forçado foi significativo. Sem dúvida alguma, o artigo dos dois autores é de um interesse especial por questionar essa orientação dominante na teoria e na pesquisa. Em trabalho cuidadoso e original, baseado numa variedade de fontes primárias publicadas, os Martins abrem novas perspectivas e apresentam conclusões estimulantes.

Algumas destas conclusões convencem-me; outras não. A estimativa dos Martins do tamanho do tráfico africano para Minas, do final do século XVIII a meados do século XIX, parece-me correta e é uma contribuição muito impor-

(3) Informação recebida verbalmente de Roberto B. Martins.

tante. É verdade que se poderia questionar a validade dos dados censitários em que os dois autores se baseiam. O censo de 1872 em Minas (realizado em 1873) foi caracterizado pelo presidente da província como apenas um "ensaio"⁽⁴⁾. Mesmo assim, a matrícula de escravos de 1872-1873, realizada concomitantemente, embora acuse um total abaixo do número registrado pelo censo, confirma que a população escrava de Minas era muito grande, maior do que a de qualquer outra província⁽⁵⁾. A informação relativa ao final do século XVIII é provavelmente menos confiável. Contudo, se a cifra mais alta citada pelos Martins equivallesse somente a 50% da população escrava real na época – isto é, se mostrasse um sub-registro extremamente grande – ainda assim a população escrava de Minas teria sido um pouco menor no início do período estudado do que no fim. A não ser que o número de nascimentos de escravos fosse igual a, ou maior que o de falecimentos, esta revisão de cifras ainda assinalaria, no mínimo, uma importação moderada de escravos no século XIX; além disso, apontaria para um influxo absolutamente extraordinário durante o século anterior, o que levantaria outro problema histórico a ser resolvido. Enfim, é difícil evitar a conclusão de que Minas constitua um caso especial no século XIX, seja pelo entusiasmo de sua população livre para a compra de africanos, seja pelas taxas vitais de sua população escrava.

Os Martins escolhem a primeira destas explicações alternativas por razões que deixam muito a desejar. Argumentam simplesmente ser pouco provável que a população escrava de Minas na época estudada tivesse um crescimento natural positivo, quando pesquisas sobre outros períodos e regiões do país têm encontrado o contrário⁽⁶⁾. Contudo, há outras evidências mais convincentes que apóiam suas conclusões. Estudos recentes sobre a população de vários distritos de Minas no ano de 1804, a maioria antigos centros mineradores, têm constatado que uma proporção substancial dos escravos era de origem africana. Um número excessivo de homens comparativamente ao de mulheres entre jovens escravos adultos, e pirâmides de idade com uma base pequena e uma concentração anormal de pessoas nas faixas de 20 a 29 e 30 a 39 anos, também eram comuns – evidência clara de uma importação de escravos recente e bastante grande (ver COSTA, 1981; LUNA, 1981). O censo de 1872 também sugere, em seus dados sobre escravos de origem africana, que a participação de Minas no tráfico africano foi importante. Segundo esse cen-

(4) Minas Gerais (Província). *Relatório [Presidencial]*, apresentado em 9/9/1873, p.13.

(5) Sobre a matrícula e outros dados publicados para o estudo das mudanças na população escrava nas décadas de 1870 e 1880 ver SLENES (1983a, p. 117-149).

(6) Sobre as taxas vitais de escravos no Brasil como um todo, no período posterior a 1850, ver: SLENES (1976, cap. 6 a 8) e MELLO (1983, p. 151-179). Não existem estudos demográficos rigorosos sobre este assunto para períodos anteriores.

so, 20% dos escravos africanos no Brasil estavam em Minas, em contraposição a 41% na província do Rio de Janeiro e 9% na província de São Paulo⁽⁷⁾. É pouco provável que todos os escravos africanos tenham sido registrados em 1872 como não-brasileiros, mas não há nada que indique que o grau de sub-registro dessas pessoas variava muito de província para província. Mais problemático é que estes são dados das tabelas gerais do censo para as províncias, tabelas estas que, como os Martins nos alertam, podem apresentar somas erradas. Contudo, a informação de 1872 está, grosso modo, de acordo com outros dados, o que é um argumento em favor de sua confiabilidade. Segundo o censo, 87% dos escravos africanos estavam concentrados nas províncias do Sudeste, Sul e Oeste. O estudo de D. Eltis a respeito do tráfico transatlântico de escravos indica que 73% dos africanos que entraram no Brasil entre 1821 e 1843 teriam desembarcado abaixo da fronteira sul da Bahia⁽⁸⁾. A cifra mais alta, constante do censo, torna-se coerente com a de Eltis quando se leva em conta que a entrada de africanos no sudeste foi especialmente intensa no final da década de 1830 e 1840, e que sem dúvida houve subsequente uma transferência de muitos africanos do Norte e do Nordeste para as regiões cafeeiras, através do tráfico interno. Os dados de 1872 não apóiam a conclusão dos Martins de que foram trazidos mais africanos para Minas do que para a província do Rio de Janeiro. Contudo, 20% de todos os escravos que entraram no Brasil entre 1819 e 1850 correspondem a 219.000, ou aproximadamente 7.000 por ano, o que constitui um ponto intermediário entre as estimativas máximas e mínimas dos Martins para o período⁽⁹⁾.

A economia mineira poderia ter pago por tantos escravos? Os dados dos Martins sobre "exportações" (produtos enviados para fora da província) *per capita*, junto com a série de preços de escravos de Stanley Stein para Vassouras, na província do Rio, fornecem uma resposta provisória a esta pergunta. Se calculamos o valor total das exportações mineiras em 1822, 1836 e 1850, e comparamos os resultados com o custo de 7.000 escravos aos preços de Vassouras nos mesmos anos, encontramos que a conta para cativos equivale, respec-

(7) *Recenseamento da População do Império do Brasil a que se procedeu no dia 1º de agosto de 1872*. 22 vols., Rio de Janeiro, 1873-1876 (dados provinciais nas tabelas gerais).

Os dados sobre libertos de origem africana não puderam ser analisados nesta ocasião; contudo, a distribuição destas pessoas parece semelhante à dos escravos africanos.

(8) Cálculos feitos a partir dos gráficos em ELTIS (1979, p.273-301).

(9) Calculado de um total de 1.096.000, número baseado nas estimativas de CURTIN (1969, p. 234) e na revisão dos dados de Curtin para 1821-1843, feita por Eltis. À diferença dos Martins, atribuo o total de escravos importados ao período 1819-1850, quando ainda vigorava o tráfico africano, e não ao período intercensitário de 1819-1873. Portanto, a média anual que calculo aqui não é muito diferente da dos Martins. (Uma das estimativas intermediárias destes autores é de 3.951 por ano para o período 1819-1873, atingindo 6.882 por ano se calculado para o período 1819-1850).

tivamente, a 56%, 116% e 91% do valor das exportações⁽¹⁰⁾. Os preços de escravos teriam sido mais altos em Minas do que em Vassouras, senão os traficantes não teriam enfrentado com tanta frequência os custos adicionais de transporte, comida e pagamentos a intermediários que uma viagem ao interior implicava. Ao mesmo tempo, no entanto, como mostrarei mais adiante, os dados sobre as exportações mineiras provavelmente são subestimados. Como resultado, as percentagens aqui calculadas talvez não fiquem muito longe da verdade. O que este exercício sugere, é que não teria sido impossível para Minas importar grandes números de africanos, mas que o custo disso teria sido muito mais alto relativamente ao valor de suas exportações, do que era no resto do Brasil. (Recentemente, ALENCASTRO [1979, p. 396-419] calculou que entre 1841 e 1849 o custo das importações de escravos para o Brasil como um todo equivalia a 34% do valor total de suas exportações para outros países). Esta última conclusão, contudo, é coerente com o retrato que os Martins fazem de Minas, como uma economia relativamente auto-suficiente. Depois de comprar seus escravos, os mineiros não teriam tido recursos para importar muita coisa adicional.

De certo modo, os Martins fazem para Minas o que Eltis fez para o resto do Brasil, excetuando o Sudeste. Antes de Eltis corrigir as estimativas do relatório parlamentar britânico (*British Parliamentary Paper*) de 1845, parecia que o tráfico africano no século XIX estava firmemente "casado" com a expansão da cafeicultura: afinal, os dados ingleses mostravam que entre 1819 e 1843, 85% dos africanos nos navios negreiros com lugar de desembarque conhecido destinavam-se às costas do Sudeste e do Sul (todos, menos 1%, dirigiam-se às províncias do Rio de Janeiro e São Paulo). A estimativa de Eltis antes citada (73%) reduz bastante essa proporção. Em suma, Eltis efetivou uma separação parcial entre o tráfico africano e o café. Contudo, podia-se argumentar que os africanos que não foram para o Rio de Janeiro e São Paulo desembarcaram principalmente nas áreas açucareiras do Nordeste e destinavam-se às *plantations* dessa região. Restava aos Martins romper a união necessária entre o tráfico e a economia de exportação.

(10) Os dados de STEIN (1957, p. 229) começam em 1822, o que explica a escolha desta data. Calculei o total do valor das exportações para 1819, 1845 e 1854, usando os dados sobre exportações *per capita* e população nesses anos. Usei as estimativas de exportações *per capita* de MARTINS FILHO & MARTINS (1983, p. 563) para 1819 e 1854 e de MARTINS (1980a, p. 262) para 1845; a estimativa para este último ano foi reajustada para baixo, pelas razões indicadas nas notas da tabela 1, na parte 3 a seguir. Estimeei a população para esses anos, a partir dos dados censitários de 1819 e 1873, utilizando para isso a taxa média anual de crescimento durante esse período. Em seguida, calculei o valor total das exportações para 1822, 1836 e 1850, também utilizando as taxas médias anuais de crescimento entre 1819 e 1845 e entre 1845 e 1854. (Os resultados destes cálculos são mais altos que os que figuram na versão original deste artigo, em inglês, por usar-se aqui os dados de 1845, não somente os de 1819 e 1845; no entanto, as conclusões são as mesmas.)

Ou será que o caso de Minas realmente implica esse divórcio? E se implicar, confirma mesmo a aliança entre a escravidão e a terra "livre"? A resposta à primeira destas perguntas é dificultada pelo fato de os Martins adotarem, em pontos críticos de seu argumento, uma definição pouco usual de "economia de exportação" (*export economy*). Sugerem que um sistema econômico merece tal rótulo somente quando uma grande percentagem de trabalhadores está envolvida na produção de mercadorias destinadas a serem vendidas em outras economias.

O problema com esta definição fica especialmente evidente na discussão que os Martins fazem das décadas de 1870 e 1880.

Os autores escrevem que "*o papel da indústria cafeeira na economia mineira era relativamente pequeno, mesmo nas décadas finais da escravidão*" — e, de fato, sua tabela VII parece confirmar esta conclusão, já que mostra que ainda em 1872 somente 5,6% da força de trabalho escrava na província estava empregada na produção de café (MARTINS FILHO & MARTINS, 1983, p. 547). Não questiono a confiabilidade dos números dessa tabela, já que são baseados em dados coletados no início da década de 1880 por Laërne (1885, p. 218-223; 328-329; 334-335), um estudioso da indústria cafeeira especialmente perspicaz. Contudo, é importante notar que as estimativas de produtividade de Laërne são calculadas a partir do número total de escravos nas fazendas por ele estudadas e não do número de trabalhadores de roça. Será que os escravos tropeiros, carpinteiros e cozinheiros nestas fazendas, pessoas que são incluídas nos cálculos de Laërne, deveriam ser considerados pelos Martins como escravos "no café"? Claro que sim. Mas o que dizer então dos escravos de fazendeiros e sitiantes vizinhos que não plantam o café, mas que criam porcos e cultivam milho e feijão para suprir as fazendas cafeeiras e os centros urbanos que atendem às necessidades destas? É evidente que estes escravos também deveriam ser considerados como trabalhadores "no café", pelo menos no contexto desta discussão. Se estivéssemos debatendo o grau de especialização na produção de café do total de propriedades que utilizava a mão-de-obra escrava, os dados apresentados pelos Martins seriam extremamente relevantes; de fato, estes autores fazem uma contribuição importante ao notar a grande diferença a esse respeito em 1872 entre a área cafeeira do Rio de Janeiro (altamente especializada em café) e as regiões de grande lavoura de São Paulo e Minas (onde o grau de especialização ainda era pequeno). Mas a questão que está em debate é outra: qual o **centro dinâmico** da economia escravista, a atividade produtiva que determinava, em grande parte, a demanda de bens e o emprego de escravos⁽¹¹⁾?

Haverá pouca dúvida de que a cafeicultura, nas décadas de 1870 e 1880,

(11) "Centro Dinâmico" é frase de FURTADO (1977, em especial o capítulo 36).

constituía o centro dinâmico da economia da Zona da Mata, área que praticamente coincidia com a "região cafeeira" de Minas. Ora, a Mata em 1873 incluía 26% dos escravos de Minas, e em meados dos anos 1880, 35%. Sirva isto como um apelo à caracterização de Minas neste período como, no mínimo, entre um quarto e um terço de uma província cafeeira⁽¹²⁾. Na verdade, o impacto do café sobre a economia de Minas teria sido consideravelmente maior do que o sugerido por estas percentagens, já que a demanda combinada das áreas cafeeiras do Rio, de São Paulo e da Zona da Mata, incluindo seus centros urbanos, deve ter exercido um efeito na estrutura de emprego da população escrava em outras regiões da província.

Essa demanda é bem documentada. As áreas de *plantation* importavam de Minas gado *vacum* e suíno, queijo, toucinho e outros mantimentos, e grandes quantidades de pano de algodão para a confecção de roupa para escravos e sacos para o transporte de café⁽¹³⁾. A Corte (a cidade do Rio de Janeiro e seus arrabaldes), com 266.000 pessoas em meados do século, também constituía um grande mercado para as exportações mineiras. Isto, na verdade, ocorria mesmo antes do surto cafeeiro. Recentemente, Lenharo documentou a importância do Sul de Minas como fornecedor de gado e outros mantimentos para a cidade do Rio no início do século XIX. Segundo este autor, muitas fazendas de gado no Sul de Minas utilizavam grandes números de escravos e orientavam-se claramente para o comércio, destinando a maior parte de sua produção para

(12) A respeito de seus dados sobre a percentagem da força de trabalho escrava em Minas que se encontrava no setor cafeeiro, os Martins escrevem: "*Sirva isto como um apelo contra a inclusão de Minas Gerais entre 'as províncias cafeeiras', tão freqüentemente encontrada na literatura sobre o assunto*" (MARTINS & MARTINS FILHO, 1984, p. 548). Na verdade, os Martins assinalam aqui uma questão historiográfica que não existe, já que os historiadores que chamam Minas de "província cafeeira" procedem assim por causa das grandes exportações mineiras desse produto, não por quaisquer conclusões sobre o papel da cafeicultura na economia da província. Vale a pena notar, também, que já faz tempo que os especialistas no estudo da escravidão tomaram ciência da distribuição regional de escravos em Minas no século XIX; ninguém sugere (ao contrário do que alegam os Martins) que houve uma transferência "em massa" de escravos das antigas regiões mineradoras para as áreas cafeeiras ao longo do século XIX. Finalmente, Furtado argumenta que os escravos das regiões de mineração eram de uma importância especial no fornecimento de mão-de-obra para as *plantations* no início do surto cafeeiro; não conheço nenhum especialista no assunto que repita este lapso, ao contrário do que dão a entender os Martins.

(13) Ver STEIN (1957, p.180), sobre pano de algodão. Segundo uma dona de *plantations* em Vassouras em 1852, as fazendas da região, "*dadas exclusivamente à cultura de café, não crião porcos mas quasi sempre os comprão em porções aos negociantes mineiros*" (Inventário, 1850; falecido: Fernando Luiz dos Santos Werneck, f. 478, Cartório do Primeiro Offcio de Vassouras. Este e outros documentos encontrados na pesquisa que realizei em Vassouras convencem-me da necessidade de reexaminar a idéia, largamente difundida na historiografia, mas com base empírica precária, de que a fazenda de café no Vale do Paraíba era uma unidade produtiva quase que auto-suficiente.) Ver também a descrição de ZALUAR (1953, p.137-138) do grande volume de comércio que vinha de Goiás, do Triângulo Mineiro e do noroeste de São Paulo para a região de Campinas.

o mercado. Os proprietários de terra desenvolveram fortes laços comerciais e políticos com a Corte, a tal ponto que eram o mais importante grupo de interesse que apoiava os Moderados, partido que subiu ao poder em 1831, após a abdicação de Dom Pedro I (LENHARO, 1979, *passim*). A produção do Sul para o mercado urbano também pode ter sido orientada para a exportação para o estrangeiro; entre 1804 e 1811, produtos de couro constituíam quase um quarto do valor das exportações da capital (ARRUDA, 1980, p.181). Em todo caso, mesmo nesse período, o centro dinâmico da economia da cidade – fator que fazia dela um grande mercado para os produtos do Sul de Minas – era o comércio de exportação para o estrangeiro. Entre 1796 e 1811, bem antes do surto cafeeiro, o porto do Rio foi responsável por um terço do valor das exportações do Brasil (ARRUDA, 1980, p.146).

Estas considerações, no entanto, aparentemente não valem nada, em vista dos dados na tabela XII do estudo dos Martins sobre o valor das exportações *per capita* (“exportações” definidas, outra vez, como produtos remetidos para fora da província onde são produzidos), no período 1869-1873. Segundo essa tabela, as regiões de Minas, exclusive a área cafeeira (a Zona da Mata), quase nada exportava, relativamente ao tamanho de suas populações, se comparadas a outras regiões brasileiras. Contudo, tenho várias dúvidas a respeito da confiabilidade desse dados. Primeiro, ao que parece, as estimativas para Minas baseiam-se em estatísticas oficiais coletadas por estações fiscais nas fronteiras da província, onde se cobravam impostos sobre “exportações”. Os dados para outras províncias, no entanto, referem-se principalmente a mercadorias saídas pelos portos. Esta diferença dificulta uma comparação dos dados. Como o inspetor da Tesouraria da Bahia notou em 1876, o imposto sobre a exportação de escravos da província “sofre uma grande redução no interior”, já que era mais fácil para os negociantes de escravos, no seu comércio com o Sudeste, evadir os fiscais nos caminhos terrestres do que nos portos⁽¹⁴⁾.

Suspeito que os tropeiros mineiros, levando mercadorias para as províncias do Rio e de São Paulo, eram tão hábeis quanto os negociantes de escravos na Bahia em sonegar o pagamento de impostos. Um segundo reparo a respeito desses dados é que eles retratam Minas num período em que o setor de exportação **não-cafeeiro** dessa província estava em franca depressão relativamente ao que era no início do século. Como os Martins indicam, o valor real das exportações não-cafeeiras, em termos *per capita*, caiu dramaticamente entre 1819 e 1873. A tabela, portanto, não permite generalizações sobre a economia mineira no período do tráfico africano.

A crítica mais contundente desta tabela, no entanto, é que ela não se di-

(14) Bahia (Província), *Relatório [do Inspetor da Tesouraria Provincial]*, 1876, p.11. Ver LENHARO (1979, p.58-59), sobre a sonegação de impostos de exportação em Minas, no século XVIII.

rige à questão em discussão. Em vista da grande população escrava de Minas, e das exportações aparentemente pequenas da província (em termos *per capita* e por escravo), as implicações da tabela parecem ser: 1) que o valor da parte do produto do setor escravista destinada ao consumo da unidade produtiva ou para a venda dentro de Minas, era muito maior do que o valor da parte destinada à exportação; e 2) que os escravos estavam concentrados principalmente em atividades orientadas para a subsistência da unidade produtiva e o mercado interno. Contudo, mesmo se estas conclusões fossem corretas, não se seguiria, necessariamente, que o setor de exportação era de pouca importância, ou inclusive que não era o centro dinâmico da economia mineira. Vale lembrar, mais uma vez, que o que é importante neste contexto não é a porcentagem de escravos envolvidos diretamente na produção para a exportação; também, pelas mesmas razões, o fato crucial não é o valor do produto exportado relativo ao do produto doméstico. Para medir o papel do setor de exportação na economia mineira precisamos reconstituir as ligações entre este setor e a produção para o consumo interno.

Os Martins, por exemplo, mostram que em 1873 muitas pessoas livres (mas relativamente poucos escravos) estavam empregados diretamente na manufatura de têxteis em Minas. Tenho certas ressalvas com relação a essas conclusões. Como tratava-se de uma indústria doméstica, é bem possível que muitas escravas, registradas como empregadas domésticas, trabalhassem na verdade como tecelãs em tempo parcial ou integral. Neste caso, a alta porcentagem de mulheres em trabalhos domésticos em Minas não constituiria evidência de uma economia escravista pouco voltada para o mercado como os Martins argumentam, mas provavelmente indicaria o contrário. Seja como for, a pesquisa dos próprios Martins mostra que as exportações de pano de algodão eram responsáveis por uma parte significativa do emprego de trabalhadores na manufatura de têxteis, especialmente daqueles que produziam pano para o mercado. Este setor exportador, por sua vez, teve um impacto sobre a economia interna. As pessoas nele envolvidas precisavam comer e provavelmente compravam pelo menos uma parte de seus mantimentos. Além disso, o transporte de produtos de algodão para as regiões cafeeiras criava empregos para tropeiros, livres e escravos, que, por sua vez, estimulavam o mercado doméstico para milho, ferraduras, pregos – e também para pano de algodão. A produção de queijo, gado e toucinho para as áreas cafeeiras e seus centros urbanos também tinha ligações primárias e secundárias com a economia interna, aumentando a procura de mantimentos, ferragens e têxteis e estimulando o emprego de pessoas nesses setores e no transporte, o que por sua vez dava mais um incentivo ao mercado interno para produtos agrícolas e manufaturados. E havia ainda ligações terciárias: o abastecimento dos tropeiros e dos condutores de gado bovino e suíno no setor exportador e o suprimento dos fazendeiros e

sitiantes (que produziam mantimentos para estes trabalhadores e seus animais) criavam mais empregos nos transportes, o que estimulava mais uma vez a procura no mercado interno.

Sem pesquisa em arquivos locais só podemos especular sobre os efeitos multiplicadores da economia de exportação em Minas. No entanto, sejam quais forem os resultados dessas pesquisas, podemos estar seguros de que nem terra abundante – sem dúvida importante neste caso –, nem ligações entre o setor de exportação e o setor interno, nem um mercado interno vigoroso, nem o conjunto de todas estas condições, teria sido suficiente para produzir um sistema escravista dinâmico em Minas no período anterior a 1850. Estes fatores explicariam apenas a procura de escravos e essa procura não teria produzido um grande influxo de africanos se não fosse pelas características peculiares da oferta de mão-de-obra forçada no período.

Mais de um milhão e meio de escravos foram trazidos ao Brasil entre 1801 e 1850. Para apreciar o tamanho desta migração forçada, basta notar que, nas extremidades deste período, o Brasil tinha somente 3,3 e 7,2 milhões de habitantes. Durante este meio século, os preços de escravos aumentaram (porque cresceu a procura deste tipo de mão-de-obra e/ou porque subiu o custo de submeter pessoas à escravidão), mas tudo indica que a curva da oferta de escravos africanos era relativamente “horizontal” se comparada com seu perfil muito mais inclinado após 1850. Isto significa que mesmo um grande aumento na procura de escravos só tinha um efeito relativamente pequeno nos seus preços. As exportações brasileiras de café e açúcar expandiram-se rapidamente durante este período e relatos contemporâneos indicam que o retorno sobre investimentos em escravos, pelo menos na cultura do café, era muito grande. Pode ser que os lucros em outras atividades tenham sido menores, mas é importante notar que os donos de *plantations*, dadas as condições da oferta africana de mão-de-obra, não conseguiram expulsar do mercado de escravos todos os outros compradores em potencial. Os resultados dos Martins são coerentes com outras peculiaridades da escravidão no Brasil durante este período, reveladas por pesquisas recentes: a concentração extraordinária de escravos na Corte em meados do século (aproximadamente 100.000 em 1849); a participação de escravos na criação de gado no sertão do Nordeste, onde a historiografia tradicional negava sua presença; os resultados de Lenharo, reforçando os de Caio Prado Júnior, relacionados à utilização do braço escravo no Sul de Minas; e a conclusão de Stuart Schwartz de que em todo o Brasil no período colonial, mesmo nas áreas de *plantation*, os plantéis de escravos, em média, eram relativamente pequenos, e uma proporção bastante ampla da população livre desfrutava da posse de escravos⁽¹⁵⁾. Em suma, os brasileiros an-

(15) Ver KARASCH (1972); MOTT (1979, p.1196-1210); SCHWARTZ (1983, p.259-287). Sobre a

tes de 1850 enfrentavam uma situação não só de terra "livre", mas também de escravos abundantes, cujo preço era acessível a pessoas que não tinham o capital para instalar *plantations*. Vista neste contexto, Minas não representava uma exceção, mas a regra.

Com o fim do tráfico africano, a oferta de escravos ficou de repente restrita e, como consequência, seu preço aumentou rapidamente. O que aparentemente fora um mercado nacional (com pouca variação nos preços de escravos do norte ao sul em áreas próximas à costa) fragmentou-se em vários mercados regionais ou provinciais, cada um refletindo as condições locais de oferta e procura de escravos além do impacto de condições em outros lugares⁽¹⁶⁾.

Surgiram diferenças significativas no preço da mão-de-obra forçada entre esses mercados e o resultado foi um tráfico interno de escravos bastante grande. Outros fatores permanecendo constantes, seria de se supor que esta situação de aumento e de divergência de preços refletisse principalmente diferenças no retorno sobre o investimento em escravos em vários mercados, provenientes de diferenças nas taxas de lucro entre tipos de atividades econômicas. Neste caso, a transferência de escravos teria sido feita de atividades orientadas para o suprimento da unidade doméstica (agricultura de subsistência e serviço doméstico) para o setor comercial, especialmente para as indústrias mais lucrativas (as de agricultura de exportação de acordo com o que presume a maioria dos historiadores). O grande tráfico interno de escravos, poste-

... distribuição da posse de escravos ver também os estudos de COSTA (1979 e 1981); LUNA (1981); LUNA & COSTA (1983).

(16) Existem séries anuais de preços de escravos, cobrindo um período relativamente longo na primeira metade do século XIX, apenas para Vassouras (STEIN, 1957, p. 229) e para a cidade de Salvador, Bahia (ANDRADE, 1975, apêndice estatístico). As duas séries, contudo, são quase idênticas, desde o primeiro ano em que pode ser feita a comparação (1822) até o início da década de 1840. Depois deste período aparecem diferenças, o que talvez indique que a mudança aqui assinalada tenha começado antes do fim do tráfico africano. (Comparo os preços de Stein para homens e mulheres de 20 a 25 anos com as médias não ponderadas dos preços para escravos "moços com ofício e sem doença", africanos e brasileiros, masculinos e femininos, apresentados por Andrade). Após 1850, os preços de escravos na Bahia e em Pernambuco eram bastante diferentes dos preços no Sudeste, refletindo nos seus movimentos mudanças nos preços de açúcar, não nos preços de café (Ver MELLO & SLENES, 1980, p. 99-100). A coincidência de preços antes do início dos anos 1840 talvez se explique pelo fato de os negociantes de escravos, em seu conjunto senão individualmente, poderem comprar livremente nos mercados africanos disponíveis e vender livremente nas várias regiões do Brasil, sem incorrerem, na maioria das vezes, em grandes diferenças no custo de transporte. Por causa disto, as várias curvas de oferta africana e de demanda brasileira teriam formado (respectivamente, em seu conjunto) curvas nacionais (brasileiras) de oferta e procura. Depois de meados do século XIX, os custos de transporte, os pagamentos a intermediários e os impostos sobre exportações de escravos, em muitas províncias, freqüentemente funcionavam como "amortecedores" entre mercados, conservando-os relativamente independentes. Neste aspecto, o Brasil era bastante diferente do Sul dos Estados Unidos, onde os preços regionais de escravos, apesar de serem diferentes, tiveram um movimento aproximadamente paralelo, que refletia principalmente o movimento dos preços do algodão (PHILLIPS, 1941, p. 177). Após haver escrito isto, ficou disponível uma série de preços de escravos em Goiás que é coerente com a análise aqui desenvolvida (FUNES, 1983, p. 117-118).

rior a 1850, que se dirigia principalmente às fazendas de café e os dados dos Martins sobre a crescente concentração de escravos nas áreas de *plantation* no Sudeste entre 1873 e meados da década de 1880, estão de acordo com esta expectativa. No entanto, os outros fatores no mercado de escravos não permaneciam constantes, já que as curvas locais de oferta e procura de escravos eram determinadas, não só pelas possibilidades de utilização comercial do trabalho forçado, mas também pela disponibilidade de mão-de-obra livre como substituto. Como no Sul dos Estados Unidos, esta consideração provavelmente explica, em parte, o declínio mais rápido da escravidão nas cidades (sobretudo na Corte) onde existia um mercado de mão-de-obra livre, do que nas áreas rurais, onde freqüentemente reinavam os preceitos de Wakefield⁽¹⁷⁾. O que os Martins argumentam, na verdade, é que em Minas, fora da Zona da Mata, o fator Wakefield era tão forte que atuava como um contrapeso às possibilidades relativamente limitadas para a utilização comercial do trabalho forçado, e mantinha a procura de escravos tão *inelástica* (isto é, tão pouco sensível a variações no preço do trabalho forçado, devido à falta da alternativa da mão-de-obra livre) que não houve grandes transferências de escravos para as regiões cafeeiras.

Para comprovar este argumento, os Martins tentam calcular a migração líquida de escravos para Minas e para as várias regiões geográficas da província. Suas informações para o período 1850-1870 são escassas, mas merecem duas observações. Primeiro, não se deve confiar muito nos dados do censo de 1872 sobre as origens provinciais dos escravos. A minha pesquisa sobre os manuscritos das listas de matrículas de escravos de 1872-1873 em Campinas, São Paulo, mostra que a mão-de-obra forçada procedente de outras províncias era muito mais comum neste município do que consta nas tabelas do censo⁽¹⁸⁾. Embora seja verdade que poucos escravos mineiros estavam presentes em Campinas na época da matrícula ou foram vendidos nesse município na década de 1860 (como também na de 1870), o argumento dos Martins só poderá ser testado, definitivamente, através de pesquisa a nível local nas áreas cafeeiras do Rio e especialmente da Zona da Mata, mercados mais próximos ao interior de Minas e provavelmente mais propensos a receberem escravos dessa região. Segundo, mesmo que a transferência de escravos mineiros para as regiões cafeeiras do Rio fosse pequena neste período, isto não seria de se estranhar, já que havia fortes limites nos preços que os fazendeiros fluminen-

(17) GOLDIN (1976) argumenta que a procura do trabalho escravo no sul dos Estados Unidos era mais inelástica no campo do que nas cidades. WRIGHT (1978, cap.4) explica os resultados de Goldin em termos semelhantes aos de Wakefield.

(18) A discussão que se segue é baseada em SLENES (1976). A conclusão a respeito das origens dos escravos baseia-se em pesquisa em andamento sobre uma amostra de listas de matrícula muito maior do que a analisada em minha tese.

ses estavam dispostos a pagar por escravos (limites provindos da existência, em termos relativos, de terras gastas, baixos preços de café, e altos custos de transporte), ao mesmo tempo em que ainda havia uma grande reserva de mão-de-obra forçada, em áreas vizinhas, não utilizada diretamente na agricultura de exportação. (É significativo que a maioria dos escravos vendidos em Campinas durante a década de 1860 era oriunda das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo, e da Corte.) Parece-me provável que a migração do interior de Minas para a Zona da Mata foi considerável durante as décadas de 1850 e 1860, mas no momento faltam dados para testar esta hipótese. É com respeito à década de 1870, no entanto, que o argumento dos Martins, se correto, seria realmente surpreendente. Do final da década de 1860 em diante, dois fatores — uma alta nos preços internacionais (e internos) do café e a construção de ferrovias no Rio de Janeiro e em São Paulo, que reduziu bastante os preços de transporte — aumentaram a procura e o preço de escravos nas áreas cafeeiras. Ao mesmo tempo, a drástica queda dos preços de açúcar no Nordeste, a terrível seca em várias províncias dessa região no final da década de 1870 e o declínio da indústria do charque no Rio Grande do Sul rebaixaram dramaticamente os preços de escravos em muitas áreas fora do Sudeste. O resultado, no Rio e em São Paulo, foi uma expansão considerável do mercado de trabalho forçado e um aumento ainda maior no tráfico de escravos do Nordeste e do Sul do país. O perfil do mercado de Campinas mudou radicalmente: na década de 1870 só uma pequena proporção de escravos vendidos neste município vinha do Sudeste. O enfraquecimento da escravidão no Nordeste e no extremo Sul provavelmente impediu que o aumento dos preços de escravos nas áreas cafeeiras fosse maior do que o efetivamente registrado; portanto, amorteceu até certo ponto o impacto sobre o mercado mineiro do aumento da procura de escravos nas *plantations*. Mesmo assim, se os fazendeiros de café agora estavam comprando mais escravos e pagando por eles preços mais altos, e se o café estava se expandindo rapidamente na Mata e em São Paulo, por que as regiões não-cafeeiras de Minas não foram mais afetadas?

Um exame mais detido das estimativas dos Martins a respeito das transferências de escravos na década de 1870 (ver sua tabela X) sugere que, de fato, o impacto sobre algumas dessas regiões foi considerável. Em outro estudo, calculei as transferências líquidas de escravos entre as províncias no Brasil no período de 1872-73 a 1886-87, utilizando um método semelhante ao que os Martins empregaram para medir o fluxo migratório dentro de Minas. Como os mercados do Sudeste foram fechados a escravos de outras províncias em 1880-1881 (pela criação de impostos proibitivos sobre a importação desses escravos), estas estimativas podem ser usadas como aproximações das transferências efetuadas antes da década de 1880 e podem ser cotejadas com os dados dos Martins sobre as regiões mineiras para o mesmo período. A compara-

ção mostra que as áreas de Minas que tinham transferências líquidas negativas estavam entre os maiores exportadores de escravos do país. A Metalúrgica-Mantiqueira, o Alto Paranaíba e Paracatu tinham taxas de perda líquida de escravos tão altas quanto as da província da Paraíba, acometida pela seca, e da Corte. Em termos absolutos, o êxodo de escravos da Metalúrgica-Mantiqueira, onde se concentrava a maioria dos antigos centros de mineração, era substancialmente maior do que o de qualquer província⁽¹⁹⁾. Em suma, os Martins não conseguem derrubar a conclusão, largamente difundida na historiografia, de que o conjunto das antigas áreas de mineração era um grande exportador de escravos.

Todavia, os Martins mostram, de modo convincente, que não só a Mata, mas várias regiões não-cafeeiras em Minas eram importadoras líquidas de escravos, de bastante importância. Na verdade, na década de 1870 havia dois "sistemas escravistas" na província, um em vias de desintegrar-se e o outro ainda em expansão. Como supõe-se que existia terra abundante em ambos os sistemas, é necessário examinar outros fatores para encontrar uma explicação de suas diferenças. Os Martins submetem seus dados sobre migração a um teste estatístico chamado *contingency analysis* (análise de contingência) e concluem que a presença ou ausência da cultura de café não pode fornecer essa explicação. No entanto, duvido que a *contingency analysis* seja o teste apropriado neste caso. Ela trata a migração líquida como uma variável dicotômica (transferências de população são simplesmente positivas ou negativas) e, portanto, dá o mesmo peso a municípios que importam duas ou 2.000 pessoas. Este método também classifica os municípios como produtores ou não-produtores de café e, por isso, não é sensível a uma participação na economia de exportação que não seja do tipo mais direto. Os próprios dados dos Martins, em sua tabela X, mostram que a Mata, onde o café era o centro dinâmico da economia, recebeu 61% do influxo líquido de escravos para regiões que ganha-

(19) As estimativas provinciais estão em SLENES (1976, p. 616-617). Foram calculadas utilizando o "método intercensitário global de sobrevivência", modificado para levar em conta os efeitos da alforria, sobre a qual existiam dados a nível de província. Combinando-se minhas estimativas com as dos Martins, as oito unidades geográficas que experimentaram as maiores perdas líquidas de escravos (expressas como uma percentagem de sua população escrava em 1872-73) são as seguintes: Ceará (-28,4%), Rio Grande do Norte (-25,1%), **Alto Paranaíba** (-22,0%), Corte (-20,0%), **Paracatu** (-19,7%), Paraíba (-18,5%), **Metalúrgica-Mantiqueira** (-18,3%), Rio Grande do Sul (-13,5%). Em termos absolutos, a maior província exportadora foi Rio Grande do Sul, que teve uma perda líquida de aproximadamente 11.200 escravos, bem menos do que a perda da Metalúrgica-Mantiqueira (17.500). É importante assinalar que após 1880-1881, a migração forçada de escravos possivelmente tenha continuado a existir dentro, ou entre, regiões, fora do Sudeste. Se isto aconteceu, o fluxo migratório muito provavelmente era de províncias que perderam uma proporção relativamente alta de seus escravos na década de 1870 para províncias que perderam uma percentagem pequena, ou que tiveram um saldo positivo nessa década. Isto é, as percentagens aqui indicadas podem exagerar o grau do declínio das províncias que eram grandes exportadoras do trabalho forçado durante os anos 1870. Nesse caso, as regiões mineiras destacar-se-iam ainda mais nesta listagem de grandes perdedores líquidos de escravos.

ram mão-de-obra cativa durante o período em estudo. E os outros 39%? Embora o café não fosse cultivado em quantidades significativas no Sul, Oeste e Triângulo, mesmo assim estava se expandindo rapidamente no oeste histórico (atual noroeste) de São Paulo e chegando a terras não muito distantes das fronteiras dessas regiões. Parece-me provável que o fortalecimento de ligações tradicionais com as zonas cafeeiras paulistas (ou, no caso do Sul de Minas, a persistência de ligações com o Vale do Paraíba e a capital do país)⁽²⁰⁾ explique uma parte considerável do deslocamento de escravos para essas regiões. Esta explicação não serve para o caso da região do Jequitinhonha-Mucuri-Doce. (Se os dados dos Martins estão corretos, os mesmos indicam que esta área importava escravos – isto é, tinha uma transferência líquida positiva no período igual a 8,9% de sua população escrava em 1873 – e não exportava, como os Martins indicam por engano em sua tabela). Contudo, é possível que ligações com a economia açucareira do Recôncavo baiano (registradas por Lenharo para o início do século XIX) tenham sido responsáveis pela entrada de escravos nesta área. Nas regiões que perderam escravos, no entanto, suspeito que as transferências de população foram causadas pelo enfraquecimento de ligações com a economia de exportação: isto é, pelo declínio da manufatura doméstica de têxteis, concentrada em medida considerável, na Metalúrgica-Mantiqueira, e pela perda de mercados no Rio e em São Paulo para a Zona da Mata e outras regiões mineiras que faziam fronteira com essas províncias.

Esta interpretação sugere que a escravidão em Minas, no fundo, fazia parte do complexo econômico da *plantation*. Neste caso, o dinamismo da economia escravista mineira não mais seria um paradoxo, mas nem por isso deixaria de causar surpresa. A maioria dos historiadores, inclusive o próprio autor deste ensaio, têm aceito sem questionamentos a idéia de que as unidades agropecuárias não orientadas para o mercado externo estavam em situação bastante desvantajosa no que se refere à concorrência para o trabalho escravo, pelo menos depois de 1850. No entanto, os resultados dos Martins, que indicam que ainda em 1873 a maioria dos escravos nas áreas cafeeiras de São Paulo e da Mata não trabalhava “no café”, e que a escravidão em muitas regiões de Minas continuava a se expandir, sugerem que este modelo do mercado de escravos é simplista demais. Concordo com os Martins de que uma chave para a resolução do problema colocado por esses dados é a disponibilidade e abundância de terras e, conseqüentemente, a virtual inexistência de um mercado de mão-de-obra livre. No entanto, esta explicação não é suficiente, pelas razões indicadas ao longo deste comentário. Uma segunda chave talvez seja o rápido aumento dos preços de mantimentos que ocorreu, ao que parece, por

(20) LENHARO (1979, p.92-93) cita evidência da década de 1860, que sugere que essas ligações persistiam.

todo o Brasil na década de 1850, e que na região cafeeira do Rio, a julgar pelos dados apresentados por Stanley Stein, acompanhou mais ou menos, o crescimento dos preços de escravos⁽²¹⁾. Como vários autores têm assinalado, este encarecimento dos gêneros de subsistência talvez tenha sido provocado em parte, nas zonas cafeeiras, pela inflação dos preços de escravos e, como consequência, pela utilização mais intensiva da mão-de-obra forçada das fazendas na grande lavoura. Mesmo assim, é possível que tenha protegido a posição competitiva daqueles senhores no Sudeste que utilizavam escravos para produzir para o mercado interno. Uma terceira chave talvez seja o modelo teórico, elaborado por Gavin Wright, do comportamento do camponês em contextos em que há abundância de terra e falta de mão-de-obra livre. Nesta situação, segundo Wright, o camponês (entendido aqui como o agricultor independente, sem escravos, que utiliza o trabalho familiar) enfrenta sérios limites à expansão de sua produção e tende, por boas razões econômicas, a cuidar primeiro de sua própria subsistência, colocando no mercado somente seus eventuais excedentes (WRIGHT, 1978, cap. 3). No "Middle West" norte-americano, a utilização de adubos e a mecanização da agricultura, combinadas com a existência de um bom sistema de rios e canais e, mais tarde, de ferrovias, permitiram ao camponês da *family farm* superar esses limites e produzir um enorme excedente para as cidades do Leste, do Sul e até da Europa, transformando-se, nesse processo, em um fazendeiro voltado principalmente para o mercado. Isso não aconteceu no Brasil onde, se o argumento de Wright é aplicável, a maioria dos camponeses provavelmente continuou por bastante tempo (depois de 1850) a produzir relativamente pouco para o mercado ou, para ser mais preciso, a não ter condições de aumentar significativamente sua produção para aproveitar-se do aumento no preço dos gêneros alimentícios. Dito em outras palavras, o encarecimento do custo da mão-de-obra escrava após 1850 não teria enfraquecido imediatamente a posição dos senhores na produção de mantimentos para o mercado, como seria de se esperar, porque estes dominavam, senão monopolizavam, esta atividade econômica; não houve e nem pôde haver um setor camponês que lhes oferecesse uma concorrência significativa⁽²²⁾. Seguindo este raciocínio, o aumento dos preços de mantimentos na década de 1850 aparece sob uma nova luz. É possível que a causa principal des-

(21) Sempre em relação a um índice base de 100 em 1850-1851, o preço médio do escravo em Vassouras em 1860-1861 era 257, o de mantimentos a varejo em Vassouras no mesmo ano equivalia a 401 e o de mantimentos por atacado na Corte em 1858-1859 era 219 (STEIN [1957, p. 49 e 229], médias não ponderadas dos índices para mantimentos e preços médios de escravos masculinos e femininos de 20 a 25 anos de idade).

(22) Evidentemente, simplifico aqui para tornar o argumento mais claro. Um modelo mais sofisticado do setor mercantil de mantimentos distinguiria entre atividades que requeriam um investimento significativo de capital em insumos ou em meios de transporte (tais como tropas de muares) e atividades que não necessitavam de tal investimento. Naquelas (por exemplo, a criação de gado e a produ-

te aumento tenha sido simplesmente a alta do custo de mão-de-obra para o setor escravista, que produzia grande parte dos gêneros alimentícios destinados ao mercado. Assim sendo, a hipótese de Wakefield não só explicaria a falta de uma mão-de-obra alternativa à do escravo (o que certamente teria dado aos senhores que não fossem donos de *plantation* uma razão para se apegarem à escravidão) mas também as possibilidades comerciais que existiam para esses senhores na produção de mantimentos. Suspeito que foram essas possibilidades que, no fundo, tornaram economicamente viável a relutância em desfazer-se do trabalho forçado.

Tenho discordado dos Martins em vários pontos de seu argumento. No entanto, graças ao trabalho deles, a visão que o historiador tem de Minas Gerais no século XIX mudou de forma significativa. Qualquer que seja a combinação em Minas de ligações com a economia de exportação, disponibilidade de terra e mercados locais, não se tem mais em vista uma economia estagnada e de pouca significância para o resto do Brasil. Ao chamar atenção para o tamanho e para a natureza dinâmica do sistema escravista em Minas, os Martins complementam as pesquisas de Karasch, Lenharo, Mott e Schwartz e, junto com esses autores, analisam a importância do trabalho forçado em atividades produtivas não diretamente orientadas para mercados no estrangeiro⁽²³⁾. A agenda para futuras pesquisas é evidente: para conhecer a fundo a escravidão no Brasil e resolver as questões atualmente em debate, precisamos de mais estudos locais e de menos ênfase sobre a *plantation*.

3. Tréplica: Economia de Exportação e Mercado Interno em Minas Oitocentista

Quando o debate é bom e há novas informações, justifica-se uma resposta a uma réplica. Nesta parte, examino algumas das questões levantadas por Roberto Borges Martins e Amilcar Martins Filho em sua réplica ao comentário anterior e às críticas feitas por Dean e por Engerman e Genovese (MARTINS & MARTINS FILHO, 1984, p.135-145). Em função da análise de novos dados e de uma leitura diferente dos resultados importantes dos Martins, argumento: 1) que Minas, na primeira metade do século XIX, longe de ser uma região pouco voltada "para fora", como os Martins afirmam, era uma economia de exportação bastante significativa (entendendo "exportações", à maneira dos Martins,

... ção de queijo e toucinho para mercados distantes), o trabalho escravo seria especialmente predominante; nestas (talvez a produção de milho para mercados locais), a presença do camponês seria mais marcante.

(23) Ver os estudos citados na nota 15.

como produtos remetidos para fora da província, mesmo se destinados ao mercado brasileiro); e 2) que os efeitos multiplicadores do setor de exportação sobre o setor interno eram proporcionalmente maiores em Minas do que nas áreas de *plantation* do Rio de Janeiro e São Paulo. Os dois argumentos apontam para um modelo da economia mineira no século XIX bastante diferente daquele elaborado pelos Martins.

Em sua réplica, os Martins respondem às minhas críticas anteriores com três objeções básicas. Defendem seus dados sobre exportações mineiras contra a suspeita de que as cifras sejam falhas devido ao contrabando. Justificam sua análise comparativa das exportações *per capita* das províncias nos anos 1869-1873, argumentando que *"não há nada de especial com relação a Minas nesse período"*. Finalmente, criticam meu modelo da economia escravista de Minas (na sua interpretação, um modelo que afirma a existência de uma "divisão regional do trabalho"), tentando mostrar, com dados sobre as exportações mineiras de gêneros alimentícios, que *"a utilização de escravos na região não-cafeeira de Minas [não foi]... o resultado de demandas geradas nas áreas cafeeiras do Rio de Janeiro, de São Paulo e da Zona da Mata"* (MARTINS FILHO & MARTINS, 1983).

O argumento dos Martins a respeito do contrabando não deixa de ter seus méritos. Contudo, sua afirmação de que *"fubá não é exatamente ouro em pó"* é válida em mais de um sentido. Se, de fato, o pequeno valor dos produtos agropecuários (em comparação com o do ouro) por unidade de volume ou peso, provavelmente não incentivou um grande contrabando dessas mercadorias, por outro lado **o valor do ouro produzido em Minas – e também o dos diamantes – não foi incluído nos dados oficiais sobre exportações**. Isto faz com que os cálculos dos Martins subestimem sistematicamente a capacidade da província de importar mercadorias e escravos. Podemos apreciar o grau de erro de suas estimativas com dados de 1819, 1845 e 1854, os três anos (até meados do século) para os quais os Martins fornecem informações sobre o valor das exportações de mercadorias. Em 1819, o valor da extração de ouro e diamantes na província equivalia a 14% do valor das exportações de mercadorias – ou a 24% se aceitamos as estimativas de Eschwege a respeito do volume do contrabando desses dois minérios, estimativas provavelmente conservadoras. Isto é, no início do período em estudo, a capacidade da província de importar seria pelo menos 24% superior à calculada pelos Martins. Em 1845 e 1854 essa percentagem seria muito maior – respectivamente 176% e 58% – por razões que serão indicadas mais tarde (Ver o Apêndice a esta parte do artigo para o método usado no cálculo destas cifras).

Os dados sobre ouro e diamantes, na verdade, vêm salvar uma parte importante do argumento dos Martins. Se as cifras sobre exportações expressassem a capacidade real da província de importar, então as estimativas dos

Martins a respeito da entrada de africanos em Minas seriam seriamente ameaçadas. Como ressaltai na parte 2, os dados oficiais sobre exportações são coerentes com os cálculos dos Martins sobre importações de escravos – mas somente se esses escravos fossem comprados aos preços vigentes em Vassouras, na província do Rio de Janeiro. Ora, não só a evidência a respeito do tráfico de africanos, mas também dados diretos sobre os preços de escravos, indicam que a mão-de-obra forçada, antes de 1850, era mais cara em Minas do que em Vassouras. No seu estudo sobre o trabalho escravo na Mina do Morro Velho, na comarca de Sabará, Douglas Libby apresenta informações que sugerem que o preço médio dos escravos adultos jovens, de ambos os sexos, comprados por essa empresa entre 1831 e 1843, superava em 36% o preço médio vigente durante esses anos em Vassouras para homens e mulheres da mesma faixa etária⁽²⁴⁾. Se refizemos meus cálculos anteriores, utilizando os dados oficiais sobre as exportações mineiras de mercadorias e os preços de escravos em Vassouras majorados em 36%, encontraremos que o custo de compra de 7.000 cativos em 1822, 1836 e 1850 equivaleria respectivamente a 76%, 158% e 123% do valor total das exportações. As duas últimas percentagens são absurdamente altas. Felizmente, o ouro e o diamante entram em cena aqui, dando a Minas a capacidade de importar que os Martins querem negar à província⁽²⁵⁾.

Entram em cena o ouro e o diamante, e mais dois atores: a fraude e o desleixo. Se, como os Martins argumentam, os tropeiros que carregavam queijo e toucinho normalmente não se embrenhavam nas florestas de Minas para zombar do fisco, tudo indica que os coletores de impostos freqüentemente eram corruptos (o que sem dúvida desincentivava ainda mais o “contrabando”, no sentido limitado entendido pelos Martins de comércio ilícito feito sem o

(24) A média de 525\$000 indicada por LIBBY (1979, p.99) foi calculada sobre um total de 376 escravos entre 20 e 30 anos de idade (homens e mulheres em proporções não especificadas), comprados no período indicado, alguns no mercado do Rio de Janeiro. Para o preço em Vassouras no mesmo período (385\$000), utilizei a média simples dos preços médios anuais computados do gráfico de STEIN (1957, p.229). Os preços de Stein foram calculados a partir das avaliações de uma amostra de homens e mulheres (número total e razão de masculinidade não indicados), de 20 a 25 anos, em inventários *post-mortem* de propriedade. Portanto, os dois conjuntos de dados são mais ou menos comparáveis. MATOS (1969, vol. I, p.298), diz que “*um bom escravo não importa em menos de 800\$000*”; isto também sugere que a diferença entre Minas e Vassouras foi realmente considerável, já que a minha pesquisa nesta última indica que os preços de homens e mulheres não divergiam muito antes da década de 1860 e, portanto, o preço do escravo masculino nesse município não excederia em muito à média de Stein. Matos também observa, com relação ao tráfico de escravos do litoral para Minas, que “*as despesas de transporte, os direitos de passagem e outras alcavalas, são demasiadamente pesados*”. Mesmo assim “*na província de minas entre um imenso número de escravos*” (MATOS, 1969, p. 298).

(25) Incluindo o valor destes minérios preciosos no cômputo, o custo da aquisição de 7.000 escravos a preços 36% superiores aos de Vassouras equivale, respectivamente, a 56%, 76% e 61% do total das exportações nos anos citados.

confluiu dos agentes do governo). Segundo Francisco Iglésias, *"vários(...) presidentes da província de Minas insistiram na 'imoralidade dos contribuintes' e 'negligência dos coletores'"* Embora um presidente tenha escrito que *"poucas são as Recebedorias onde se tenha recusado pagar os direitos de exportação"*, Iglésias conclui que *"o comum(...) é a opinião contrária"*:-

"(...) como os exatores desviam os pagamentos recebidos, 'não sei [escrevia o presidente da província em 1844] se cairei em grande erro dizendo que mais da metade da renda fica perdida em mãos rapaces de exatores destituídos de pejo'. O antigo presidente Quintiliano José da Silva, como Juiz de Direito da Capital, informava em 1866 que os funcionários da Fazenda eram incapazes e ébrios, 'porque há muito tempo os empregos nesta província são confiados sem atenção ao serviço público, distribuídos unicamente como meios de subsistência'" (IGLÉSIAS, 1958, p. 183).

Como se isto não bastasse, a Assembléia Legislativa da província, por negligência ou para agradar aos exportadores, estabelecia uma pauta oficial de preços, para fins de arrecadação de impostos, sistematicamente abaixo dos preços de mercado. O próprio Roberto Martins nos informa que em Minas

"Os valores oficiais têm muito pouco significado durante a maior parte do período, a não ser, presumivelmente, como indicadores dos preços relativos das mercadorias. As pautas passavam vários anos sem serem reajustadas (a pauta de 1842, por exemplo, só foi revista em 1859), estabelecendo-se enormes diferenças entre os preços oficiais e os preços de mercado" (MARTINS & SALAZAR MARTINS, 1982, p.4).

Segundo um observador da época, citado por Roberto Martins, a pauta provincial de 1860 foi *"a primeira que nivelou a avaliação aos preços correntes do mercado"* (MARTINS & SALAZAR MARTINS, 1982, p.4-5). Enfim, meu argumento fica de pé. Os dados oficiais sobre exportações de mercadorias subestimam gravemente a capacidade de Minas de importar: primeiro, porque não incluem o valor da extração de minérios preciosos e, segundo, porque são diminuídos pela corrupção dos agentes fiscais e (antes de 1860) pelo desleixo, talvez propositado, da Assembléia provincial.

Com respeito à segunda afirmativa dos Martins – de que sua comparação entre Minas Gerais e outras regiões do Brasil no período de 1869-1873 **não** é enganadora – volto a afirmar que o caso de Minas Gerais nesses anos era muito especial. Quando disse no meu comentário anterior que o setor ex-

portador não-cafeeiro da província estava em franca depressão econômica no início dos anos 1870, baseava-me, explicitamente, não nos dados sobre o valor real total das exportações, como os Martins dão a entender, mas nas informações sobre o valor real das exportações *per capita*. Além disto, contrastava explicitamente os dados de 1869-1873 com os de 1819, não com as cifras dos quinquênios 1864-1868 e 1874-1878, como os Martins parecem acreditar. O que quis enfatizar é que os dados para 1869-1873 sobre exportações não-cafeeiras não podem ser usados para retratar Minas no período do tráfico africano. As novas informações apresentadas pelos Martins só podem reforçar esse argumento. De 1819 para a década de 1840, o índice anual do "valor real" *per capita* das exportações não-cafeeiras de Minas cai de 100 para 48,8, reduzindo-se para 30,9 na década de 1870⁽²⁶⁾.

A análise dos Martins, no entanto, é comparativa. Portanto, a rigor, precisamos saber como se comportava o valor *per capita* das exportações de mercadorias do resto do Brasil ao longo do século XIX, para poder interpretar os dados sobre Minas. Felizmente, as informações existem para fazer tal comparação. Na tabela 1, indico a posição de Minas no concernente a essa variável relativa à posição do Brasil como um todo, para vários anos entre 1819 e 1888.

Os dados da tabela sugerem várias conclusões importantes. Primeiro, o índice do valor *per capita* das exportações mineiras de mercadorias em 1873, embora bem abaixo ao do Brasil como um todo (47 *versus* 100), não fica tão insignificante como aparece no trabalho dos Martins. Mesmo fazendo a comparação com o Sudeste (inclusive Minas), atribuindo um índice de 100 a esta região, Minas ainda fica com um índice de 27 (calculado com os dados referentes à exportação média anual de 1869-1873), bem acima do índice de 15 calculado pelo Martins⁽²⁷⁾. Enfim, no começo da década de 1870, Minas tinha um

(26) MARTINS & MARTINS FILHO (1984, p.141). Coloco "valor real" entre aspas porque os Martins calculam o valor real em cada ano da seguinte maneira: multiplicam a quantidade de cada mercadoria exportada no ano em questão pelo preço por unidade dessa mercadoria na pauta oficial de 1860 e somam os resultados. Em outras palavras, a medida final para cada ano representa a soma das quantidades individuais das mercadorias, cada uma ponderada pelo seu respectivo preço de 1860. Quando transformados em estimativas *per capita*, os resultados são úteis, mas dizem respeito à quantidade anual de exportações *per capita*, relativa à de 1860, não ao valor real *per capita*.

(27) Os valores em mil-réis são: 8\$500 para Minas e 31\$400 para o Sudeste (definido aqui como Rio de Janeiro, São Paulo, Corte e Minas Gerais; o Espírito Santo não foi incluído por falta de dados sobre as exportações desta província). Utilizei os dados provinciais sobre exportações de 1869-1873, porque incluem exportações via cabotagem para outras províncias, não só para o exterior, o que os torna mais apropriados para uma comparação entre Minas e uma região dentro do Brasil. Fontes: MARTINS FILHO & MARTINS (1983, p. 560, tab. XII), para Minas, SLENES (1976, p. 186), para o Sudeste. Os Martins calculam um índice de 15 para Minas porque compraram província com o Rio de Janeiro, São Paulo e a Corte, não com o Sudeste como um todo. Ora, tal comparação é inaceitável: primeiro, porque inclui nos cálculos *per capita* para o Rio, São Paulo e a Corte o café e outros produtos exportados por Minas para o estrangeiro pela cidade do Rio de

TABELA 1

EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS – MINAS GERAIS E BRASIL,
1819-1888: VALOR *PER CAPITA* (VALOR NOMINAL, EM MIL-RÉIS)
E ÍNDICE DO VALOR *PER CAPITA* (BRASIL = 100 EM CADA ANO).

Ano	Brasil				Minas Gerais			
	Total das Exportações de Mercadorias		Café	Índice	Outras Mercadorias		Total das Exportações de Mercadorias	
	Valor	Índice			Valor	Índice	Valor	Índice
	<i>per capita</i>		<i>per capita</i>		<i>per capita</i>		<i>per capita</i>	
1819	3\$690	100	\$050	1	2\$600	70	2\$650	72
1845	8\$430	100	\$650	8	1\$560	19	2\$210	26
1854	11\$760	100	2\$740	24	2\$180	19	4\$920	42
1873	19\$620	100	5\$730	29	3\$490	18	9\$220	47
1882	16\$570	100	10\$600	64	3\$330	20	13\$930	84
1888	17\$460	100	13\$520	77	3\$340	19	16\$860	97

Notas: 1) As exportações de ouro e diamantes **não** estão incluídas nesta tabela; para dados sobre estes minérios preciosos, ver tabela 2.

2) Os índices estão arredondados. Portanto, às vezes os índices totais para Minas são diferentes das somas dos subtotais.

Fontes: 1) Brasil: ARRUDA (1980, p. 624 e 626), para o valor das exportações para a Inglaterra e Portugal em 1819 (aumentado aqui em 10% – proporção sugerida por Arruda – para aproximar o valor total das exportações); IBGE (s/d, p. 1.358), para o valor das exportações nos outros anos (calculando, para cada ano calendário, a média dos dois anos fiscais anterior e posterior, ou, para 1888, a média anual dos valores para 1887, 1888, 1889). Estimativas da população: calculadas dos Censos de 1819, 1872 e 1890 (Ver Apêndice).

2) Minas Gerais: MARTINS FILHO & MARTINS (1983, p. 563), para 1819, 1854, 1873 e 1888; MARTINS (1980a, p. 262), para 1845 e 1882. R. Martins baseou suas estimativas para 1845 num cálculo da população realizado a partir dos censos de 1819 e 1854. Como este último acusa um total, ao que parece, bem abaixo da realidade, a estimativa da população para 1845 é muito pequena, ao passo que os valores *per capita* são exagerados. Por isso reajustei esses valores para baixo, utilizando uma estimativa da população derivada dos censos de 1819 e 1873. Em estudos mais recentes os próprios Martins reconhecem a precariedade do censo de 1854 (ver MARTINS & SALAZAR MARTINS, 1982); portanto, presumi que os valores *per capita* que os referidos autores fornecem para 1854 baseiam-se numa estimativa da população derivada dos censos de 1819 e 1873.

desempenho como economia de exportação (de mercadorias) relativamente fraco, porém não insignificante. Uma segunda conclusão, no entanto, é que no início do século esse desempenho não era nem insignificante, nem fraco. Em 1819, Minas ficava bem mais próximo ao país como um todo no valor *per capita* de suas exportações de mercadorias (Índice em Minas de 72, *versus* 100 para o Brasil). Como veremos ao analisar a tabela 2, a posição de Minas nesse ano é ainda melhor (Índice de 86 na futura província, *versus* 100 para o Brasil) se incluímos na comparação o valor *per capita* da extração de ouro e diamantes e não apenas o valor da exportação de mercadorias. Por outro lado, como o Sul de Minas no início do século participava muito mais nas exportações de mercadorias do que as outras regiões mineiras – certamente em termos absolutos, e muito provavelmente em termos *per capita* (LENHARO, 1979, p.84-85) – o Sul atingiria em 1819 um índice nesta última variável bem acima de 72. Portanto, dentro do contexto brasileiro da época, Minas era uma economia de exportação de razoável importância. O Sul de Minas também o era, mesmo que suas exportações se consistissem principalmente em mercadorias. Estas conclusões são válidas, sem dúvida, não só para 1819 mas também – e com mais força – para as décadas anteriores. (Afinal, a exportação mineira de ouro e diamantes retraiu-se entre finais do século XVIII e 1819 e a exportação de gado do Sul de Minas, provavelmente em ascensão, já devia ser bastante grande por volta de 1800; por outro lado, o valor das exportações brasileiras de mercadorias, tanto em libras esterlinas quanto em mil-réis, **aumentou** durante esse período)⁽²⁸⁾. Portanto, os dados que citei em meu comentário anterior sobre a estrutura da população escrava em vários municípios em Minas em 1804 ganham aqui uma explicação. Esses dados apontavam para uma participação mineira bastante ativa no tráfico africano de escravos. Ora, isto é justamente o que seria de esperar em vista das informações apresentadas aqui sobre as exportações da capitania no início do século.

Uma terceira conclusão justificada pela tabela 1 é que o valor *per capita* das exportações de mercadorias diminuiu bastante em Minas, comparativamente ao do Brasil como um todo, entre 1819 e 1873. Na verdade, o declínio

... Janeiro; segundo, e mais importante, porque é baseado num raciocínio circular. Os Martins não lançaram as exportações de São Paulo e Rio de Janeiro exclusivamente à conta das populações de seus municípios cafeeiros e açucareiros, provavelmente porque reconhecem que uma boa parte do restante da população dessas províncias e da Corte participava indiretamente na economia de exportação, produzindo bens e serviços indispensáveis ao funcionamento desta. Da mesma forma, a única justificativa para excluir a população de Minas seria a suposição de que os mineiros não desempenhavam um papel de apoio significativo à economia de exportação do Sudeste; mas isto é exatamente a hipótese que esta análise do valor *per capita* das exportações visa testar.

(28) Sobre as tendências na produção do ouro, ver: ESCHWEGE (1944, vol. I, p. 369); NORMANO (1975, p.47). PRADO JUNIOR (1963, p.192-198) descreve a economia do Sul no fim do período colonial. Ver: ARRUDA (1980, p.624-626) para o valor das exportações brasileiras no período.

não foi gradual, mas ocorreu inteiramente na primeira metade do período. Entre 1819 e 1845, o índice de Minas no que diz respeito a essa variável caiu de 72 para 26, recuperando-se posteriormente até atingir 42 em 1854 e 47 em 1873 (em relação a um índice de 100 em cada ano para o Brasil). Podemos entender melhor estas mudanças se analisarmos separadamente os dados sobre o valor das exportações *per capita* de café e de outras mercadorias. Embora o índice relativo das exportações mineiras de café estivesse em ascensão durante o século XIX, o das exportações de outras mercadorias caiu vertiginosamente (de 70 para 19) entre 1819 e 1845, estabilizando-se a partir de então neste nível baixo. Como veremos adiante, é possível que parte desse declínio seja um artefato estatístico: isto é, o resultado de um sub-registro maior nas exportações durante o Império do que em 1819. Mesmo assim, pode-se concluir que houve um declínio real significativo: primeiro, porque a exportação de algodão em rama, importante para Minas em 1819, já em 1845 praticamente desaparecera e, segundo, porque o volume das exportações brasileiras – especialmente de café – aumentou muito mais do que o das exportações não-cafeeiras de Minas⁽²⁹⁾. Em suma, os dados reforçam as conclusões de Alcir Lenharo. A importância do Sul de Minas no final do período colonial, como economia de **exportação**, ajuda a explicar a força dos fazendeiros de gado da região no cenário político nacional depois da Independência. Por outro lado, a grande queda relativa no valor *per capita* das exportações não-cafeeiras de Minas (e, portanto, provavelmente do Sul da província) é coerente com a análise de Lenharo, que enfatiza mudanças econômicas – o surgimento do café no Vale do Paraíba – para explicar o afastamento dos proprietários mineiros do poder nacional e sua substituição por grupos de interesse ligados aos novos fazendeiros de café, no final da década de 1830 (LENHARO, 1979, *passim*).

Contudo, se os dados da tabela 1 reforçam as conclusões de Lenharo, eles parecem apoiar também uma parte do argumento dos Martins. Afinal, se por um lado a capitania de Minas ainda era uma economia de exportação de razoável peso no Brasil nas primeiras décadas do século XIX, por outro, a província de Minas aparentemente deixou de sê-la no período entre 1819 e 1873, justamente a época focalizada no estudo dos Martins. As aparências, no entanto, enganam neste caso, já que a tabela 1 não inclui os dados sobre ouro e diamantes. Quando calculamos o valor *per capita*, não só das exportações de

(29) Em 1818-1819, a exportação de algodão em rama constituía 22,0% do valor das exportações da capitania. Já na década de 1839-1848 essa cifra se reduzira a 0,1% (MARTINS & SALAZAR MARTINS, 1982). Os dados em *ibidem* indicam que, para os seis produtos mais importantes na pauta das exportações mineiras em 1845 e 1854 (fora o café) o aumento médio (não ponderado) da quantidade exportada foi de 29% entre 1818-1819 e 1845 e de 44% entre 1818-1819 e 1854. Já as quantidades de café e açúcar exportados pelo Brasil (que, juntos, constituíam dois terços ou mais do valor das exportações do país a partir da década de 1840) aumentaram muito mais (Ver IBGE, Ano V, 1939-1940, p.1374 e 1379).

TABELA 2

EXPORTAÇÕES DE MERCADORIAS, OURO E DIAMANTES
– MINAS GERAIS E BRASIL, 1819-1873: VALOR *PER CAPITA*
(VALOR NOMINAL, EM MIL-RÉIS) E ÍNDICE DO VALOR *PER CAPITA*
(BRASIL = 100 EM CADA ANO)

Ano	Brasil: Valor <i>per capita</i> das exportações. (Mercadorias, Ouro e Diamantes)	Minas Gerais: Valor <i>per capita</i> das exportações				Minas Gerais: Índice do valor total <i>per capita</i> das exportações (Brasil = 100)
		Mercado- rias	Ouro	Diamantes	Total	
1819	3\$810	2\$650	\$330	\$310	3\$290	86
1845	9\$430	2\$210	2\$100	1\$800	6\$110	65
1854	12\$520	4\$920	1\$480	1\$350	7\$750	62
1873(*)	19\$780	9\$220	\$800	s/d	10\$020	51

Notas(*): As estimativas totais para o Brasil e Minas Gerais em 1873 estão incompletas, pois faltam dados sobre diamantes; portanto, o índice para Minas está um pouco subestimado. Todos os valores *per capita* no caso do ouro, e os de 1819 para diamantes, são baseados em estimativas da **produção** mineira (ou brasileira) destes minérios. Como nem toda a extração de ouro e diamantes era exportada, estas cifras tenderiam a exagerar um pouco o valor *per capita* das exportações – se não fosse pelo fato de que as informações sobre produção, praticamente sem lugar para dúvida, subestimam a produção real. Os valores *per capita* para diamantes em 1845 e 1854 são baseados em dados oficiais sobre a exportação mineira (ou brasileira) ao estrangeiro; não incluem estimativas do contrabando ou das exportações mineiras para o mercado brasileiro. Assim, esses valores provavelmente ficam bastante aquém das cifras reais. Por outro lado, Minas também exportava uma grande variedade de pedras semipreciosas, as quais não entram neste cálculo por falta de dados. Por estas e outras razões apontadas no texto deste ensaio, considero as cifras finais para Minas – os valores *per capita* e seus respectivos índices – como estimativas mínimas.

Fontes: Tabela 1 e Apêndice.

mercadorias, mas também da extração desses minérios preciosos (tabela 2), os resultados são bastante diferentes. Os dados para 1819, 1845 e 1854 acusam neste caso um declínio relativo de Minas – de um índice *per capita* de 86 para índices de 65 e 62, respectivamente – que é importante, mas bem menor do que a queda observada na tabela 1. A diferença entre as duas tabelas deve-se à importância muito maior da mineração em meados do século do que em 1819. A produção de ouro aumentou bastante durante essas décadas e a extração de diamantes cresceu ainda mais, especialmente, ao que parece, depois

de 1832, quando o monopólio estatal sobre a mineração dessa pedra preciosa terminou e teve início uma corrida aos diamantes⁽³⁰⁾. O crescimento do volume das exportações de mercadorias não-cafeeiras durante o período foi muito menor⁽³¹⁾. Paralelamente, os preços nominais, em mil-réis, de ouro e diamantes, aumentaram muito mais do que os preços (oficiais) em Minas das exportações de mercadorias⁽³²⁾.

Não disponho de dados sobre o valor da exportação de diamantes em anos posteriores. Contudo, sabemos que a partir de meados do século a produção de diamantes em Minas diminuiu devido à maior concorrência no mercado internacional de diamantes e à queda de preços que se seguiu à descoberta e exploração desse minério na África do Sul (MARTINS, 1980a, p.82; CALÓGERAS, 1904-1905, vol. I, p. 328). Por outro lado, enquanto o preço do ouro manteve aproximadamente o mesmo nível até o final da década de 1870, a produção de ouro diminuiu e a população da província aumentou; portanto, o valor *per capita* do ouro extraído caiu, como mostra a tabela 2⁽³³⁾. Além disso, a mineração de ouro foi cada vez mais dominada por companhias inglesas, adquirindo características de uma economia de enclave⁽³⁴⁾. Isto é, a quantida-

(30) Para uma discussão da corrida aos diamantes, ver MARTINS (1980a, p.78-83). Entre 1819 e 1854, a produção de ouro e diamantes aumentou 289% e 334%, respectivamente (ver Apêndice).

(31) Entre 1818-1819 e 1854 a produção de café em Minas aumentou 81 vezes, reflexo da virtual inexistência desse produto naquele ano; em contraste, no mesmo período o aumento médio da quantidade exportada dos produtos não-cafeeiros mais importantes era relativamente pequeno (ver nota 7 e MARTINS & SALAZAR MARTINS, 1982, tabelas que seguem à p.9).

(32) Os preços dos minérios preciosos, em libras esterlinas, mudaram pouco durante o período em questão; mas os preços em mil-réis subiram muito, devido à grande desvalorização da moeda nacional frente à libra. Enquanto isso, a acreditar nos dados oficiais, o valor total das exportações mineiras (não incluindo o algodão em rama) caiu de £367.000 em 1818-1819 para £264.000 em 1845, o que assinala um declínio substancial dos preços em libras por unidade da maioria dos produtos de exportação, já que o volume das principais exportações aumentou no período. (Cálculos baseados nos dados de LENHARO [1979, p.79-80] e MARTINS & SALAZAR MARTINS [1982, tabelas que seguem à p. 9]; para o câmbio em 1819 e 1845, ver ARRUDA [1980, p.626] e IBGE [Ano V, 1939-1940, p.1353]).

(33) Sobre os preços médios anuais do ouro, em libras esterlinas, ver LIBBY (1979, p.170).

(34) Entre 1820 e 1860, 47,1% do ouro extraído em Minas foi produzido por companhias e faiscadores brasileiros, e o restante por companhias inglesas (LIBBY, 1979, p. 48). Em 1879 os mineradores nacionais produziam apenas 13,6% (Anônimo, 1881 reproduzido em FERREIRA, 1885, p. 659-661). LIBBY (1979, p. 49), que cita a mesma fonte para 1879, calcula uma percentagem menor para esse ano, mas não leva em conta a estimativa, feita pela própria fonte, do sub-registro da produção dos faiscadores presente nos dados disponíveis. Por outro lado, para o período 1820 a 1860, a estimativa de Soetbeer da produção total, citado por NORMANO (1975, p. 47) excede em muito àquela usada por Libby (ver discussão no Apêndice). Se a fonte de Libby subestimou a produção total, o erro muito provavelmente estava no cálculo da participação dos faiscadores, para quem praticamente não havia dados fidedignos. Portanto, a importância dos mineradores nacionais no período 1820-1860, e o declínio de sua produção nos anos posteriores, podem ter sido maiores do que as percentagens acima sugerem.

de de mão-de-obra que ela utilizava provavelmente diminuiu devido à introdução de novas técnicas de organização e de uma tecnologia melhor e cada vez mais se faziam certos gastos (por exemplo, em equipamentos) no exterior, enquanto os lucros eram remetidos para a Inglaterra⁽³⁵⁾.

Estas considerações permitem duas conclusões importantes no concernente aos dados da tabela 2. Primeiro, não há dúvida de que entre 1854 e as décadas de 1870 e 1880 houve um declínio do impacto econômico do setor minerador em Minas, ao mesmo tempo em que o café expandiu-se rapidamente na Zona da Mata e as exportações não-cafeeiras da província (leia-se principalmente da Mata e do Sul de Minas) mantiveram um ritmo de crescimento, em termos de valor *per capita*, igual ao das exportações do Brasil como um todo (mantendo assim aproximadamente o mesmo número-índice; ver a tabela 1). Portanto, nas últimas décadas do Império, a Mata e o Sul tinham um setor de exportação bem mais forte, em relação ao das áreas de mineração, do que em meados do século. Não creio que seja uma coincidência: o fato de entre 1873 e 1880 a Mata e o Sul terem importado o maior número de escravos dentre todas as regiões da província, ao mesmo tempo em que a Metalúrgica-Mantiqueira, o centro da mineração de ouro, ter sido a que mais perdeu escravos.

A segunda conclusão, que nos leva ao ponto de partida desta discussão, é que os dados sobre exportações mineiras do início da década de 1870 de maneira alguma podem ser usados para retratar a economia de Minas na primeira metade do século. Em 1819 e 1845, Minas tinha um setor exportador significativamente mais forte, se comparado ao do Brasil como um todo, do que em 1873 ou mesmo em 1854. Além disso, é evidente que este declínio relativo da província como economia de exportação fica sendo maior ainda quando a comparação é feita em relação ao Sudeste, já que o café, cultivado principalmente no Rio de Janeiro, foi o produto que mais cresceu na pauta das exportações brasileiras.

Apesar de tudo isto, no entanto, ainda poder-se-ia sustentar que o argumento principal dos Martins permanece de pé. Afinal, o que mais chama a atenção nos dados da tabela 2 é o declínio relativo de Minas, com respeito ao valor *per capita* das exportações de mercadorias e minérios preciosos, durante a primeira metade do século. Uma queda do índice de Minas nesse valor, de 86 em 1819 para 65 em 1845 e posteriormente para 62 em 1854, se não é tão grande quanto a verificada na tabela 1, que retrata apenas a exportação de mercadorias, certamente é substancial. Seria maior ainda se fizéssemos a

(35) Ver LIBBY (1979, *passim*). Contudo, não se deve exagerar esta tendência; como nota Libby (p.40), em média 60% das despesas da Mina do Morro Velho, a maior companhia inglesa, foram gastas no pagamento de salários ou na manutenção da mão-de-obra escrava. Uma parte do restante dos gastos (por exemplo, os dispêndios na compra e manutenção de animais de carga) também teria sido feita na província.

comparação com o Sudeste, já que a grande expansão do café no Rio de Janeiro ocorreu a partir da década de 1830. Por outro lado, se calcularmos o valor real das exportações mineiras de mercadorias e minérios preciosos, utilizando o preço corrente de escravos em Vassouras como deflator do valor nominal, verificamos uma queda na capacidade da província de importar (mão-de-obra forçada) de 43% entre 1819 e 1845, e de 52% entre 1819 e 1854. No Brasil como um todo, o declínio na capacidade de importar, assim definido, foi menor: respectivamente 29% e 40% nos dois períodos indicados⁽³⁶⁾. Ora, como conciliar este quadro de retração econômica em Minas – tanto relativa quanto absoluta – com a vigorosa expansão da população escrava da província no período? A explicação, afinal, encontra-se mesmo em Wakefield, ou seja, na existência de terra livre?

Sim, mas só em parte. Há razões para acreditar que existam outras causas, mais importantes, para este apego à escravidão. Primeiro, convém lembrar que a fraude dos coletores de impostos e o desleixo da Assembléia provincial antes de 1860, já mencionados, faziam com que os dados oficiais de Minas subestimassem o valor *per capita* das exportações de mercadorias. Esses problemas, sem dúvida, também existiam a nível nacional, mas provavelmente em menor grau⁽³⁷⁾. Portanto, o setor exportador de Minas, relativamente ao do Brasil, teria sido mais forte do que os dados da tabela 2 indicam. Segundo, se a fraude e o desleixo fossem maiores em Minas durante o Império do que na Colônia – o que é bem possível, já que a Independência transferiu o poder político em Minas justamente aos próprios grupos que seriam taxados pelo novo governo provincial – o declínio acusado pela tabela 2 entre 1819 a meados do século seria exagerado. Terceiro, se o fator Wakefield fosse mais importante em Minas do que no resto do Brasil – como eu também suspeito – então, outros fatores permanecendo constantes, uma maior proporção da população livre da província se dedicaria à agricultura de subsistência. Neste caso, os valores *per capita* da tabela 2, que são calculados usando a população total, subestimariam a importância relativa do setor de exportação dentro da economia de mercado em Minas. Em outras palavras, se pudéssemos refazer os cálculos, utilizando desta vez somente a população incorporada de forma signifi-

(36) Fontes: as indicadas no Apêndice e STEIN (1957, p.229). Calculei o preço de escravos em 1819 a partir da tendência da curva de preços entre 1822 e 1845.

(37) Por exemplo, segundo uma estimativa de 1865 de Sebastião Ferreira Soares, estatístico proeminente da época, havia uma diferença de 10% entre os valores oficiais e os preços de mercado dos produtos exportados pelo país (LAGO, 1982, p.490). No momento atual, é impossível dizer com certeza se as distorções deste tipo foram menores a nível nacional do que nas províncias; contudo, provavelmente teria sido mais fácil para o governo central fiscalizar a ação dos coletores de impostos concentrados nas grandes cidades portuárias, do que para os governos provinciais controlar seus agentes, espalhados pelo interior nas fronteiras com outras províncias.

va ao mercado, o setor exportador de Minas seria mais forte (em relação ao Brasil como um todo) do que parece segundo a tabela atual. Quarto, mesmo se aceitássemos os dados como estão, e portanto a conclusão de que a capacidade de importar escravos caiu mais em Minas do que no Brasil entre 1819 e meados do século, ainda assim Minas, em 1845, poderia ter sustentado um tráfico africano razoavelmente grande⁽³⁸⁾. Isto é, mesmo utilizando as estatísticas oficiais, Minas ao longo de quase toda a primeira metade do século XIX manteve uma capacidade de importar bastante expressiva.

Uma quinta explicação – a mais importante, a meu ver – é que teria havido ligações importantes dentro de Minas entre o setor exportador da província e o setor interno ou, mais precisamente, um efeito multiplicador do primeiro sobre o segundo. Foi esse o argumento que enfatizei no comentário anterior. A seguir, pretendo ir mais longe, mostrando que o efeito multiplicador em Minas era especialmente grande e que incidia sobretudo no setor escravista. Antes de mais nada, no entanto, é necessário responder à última objeção que os Martins levantam na sua réplica. Baseando-se em dados sobre exportações de gêneros alimentícios – especialmente de mantimentos como milho, feijão e arroz – os Martins rejeitam meu argumento de que a economia escravista de Minas, no fundo, fazia parte do complexo cafeeiro. A crítica, no entanto, é improcedente. Acontece que os Martins reduzem meu argumento a respeito das ligações entre o setor exportador e o setor interno a um modelo de uma simples “divisão regional do trabalho”,

“na qual os escravos no setor cafeeiro se especializam na produção para o mercado mundial, enquanto que os que não estão engajados nessa atividade são responsáveis pelo fornecimento de comida e outras mercadorias para o setor exportador/plantation” (MARTINS & MARTINS FILHO, 1984, p. 141).

Com isto, os Martins conseguem atribuir a mim a hipótese de que a **maioria** dos escravos de Minas produzia gêneros alimentícios para as áreas de *plantation*, o que é claramente insustentável em vista dos dados sobre exportações. Ora, nunca formulei tal modelo ou tal hipótese. O que argumentei é que a produção de Minas para mercados externos (produção não só de café, mas também de gado *vacum* e suíno, pano de algodão, toucinho, queijo e tabaco – os principais produtos que, segundo os Martins, saíram de Minas para outras províncias) gerava uma renda monetária significativa, que teria incentivado não

(38) Mesmo comprando escravos a preços 36% mais altos do que os de Vassouras, Minas poderia ter importado 7.900 escravos em 1845 (ano em que os preços de escravos eram excepcionalmente altos, mesmo para a década de 1840).

só a procura de escravos na economia de exportação, mas teria criado também uma forte demanda dentro da província por mantimentos, bens de consumo e matérias-primas utilizados pelo setor exportador e pelas atividades internas ligadas a esse setor. Isto, por sua vez, teria aumentado a utilização de mão-de-obra livre e escrava na produção para o mercado interno de Minas.

No comentário anterior fiz referência a essas ligações entre os setores exportador e interno, mas o argumento ficou num nível bastante geral e um tanto abstrato. Dois exemplos concretos talvez ajudem a esclarecer a questão. De acordo com Caio Prado Júnior (que segue neste ponto Saint-Hilaire), a criação de porcos no Sul de Minas (para serem exportados vivos ou em forma de toucinho) se fazia em estreita ligação com a produção de milho, que constituía a ração principal desses animais⁽³⁹⁾. Os Martins certamente têm razão – e nunca questioneei isso – quando afirmam que o comércio de milho para Rio e São Paulo emombo de muar era mínimo; mas a exportação indireta desse produto, emombo de porco, era considerável. A idéia do porco como embalagem tem uma certa utilidade, seja qual for seu valor humorístico. Na verdade, é difícil saber se a produção de milho neste caso fazia parte do “setor exportador”, *strictu sensu*, ou do “setor interno”, já que Saint-Hilaire não menciona se as fazendas que criavam os suínos eram as mesmas que produziam o milho utilizado como ração. Contudo, a distinção para os nossos propósitos é irrelevante. O que vale ser enfatizado é que a criação de porcos gerava uma atividade agrícola “paralela” (a palavra é de Caio Prado), cuja importância em Minas como empregadora de mão-de-obra e como parte da economia monetizada não é perceptível nos dados sobre exportação⁽⁴⁰⁾.

Em vista da importância dada aqui à mineração, um segundo exemplo das ligações entre setor exportador e setor interno, que diz respeito à economia da região diamantina, é especialmente relevante. Segundo um relatório preparado pela “Junta Diamantina” e apresentado ao presidente da Província de Minas em 1840:

(39) PRADO JÚNIOR (1963, p.197-198), referindo-se à região de Formiga, “o principal centro de produção e comércio de suínos da colônia”. SAINT-HILAIRE (1975, p.52-53), descrevendo o Sul de Minas às vésperas da Independência, diz que nessa região os porcos eram também “engordados com os tubérculos de inhame (...) e de cará (...) sendo cultivados em grandes [sic] escala esses dois tipos de plantas”.

(40) Não só a criação de porcos, mas também a comercialização desses animais, de gado *vacum* e de outras mercadorias carregadas em tropas de muares, gerava uma agricultura mercantil. Ver PRADO JÚNIOR (1963, p.157), para uma descrição dessas ligações secundárias entre o setor exportador e a economia interna: “Este trânsito [de boiadas e tropas de bestas] (...) é largamente suficiente para provocar o aparecimento, sobretudo nas grandes vias que articulam Minas Gerais, Goiás, São Paulo e Rio de Janeiro entre si, de uma atividade rural que não é insignificante. O consumo de milho pelas bestas; em particular, é tão volumoso e constitui negócio de tal modo lucrativo para os fornecedores, que estes, para atrair os viajantes, não só lhes põem à disposição ranchos onde pousem na jornada, mas dão ainda mantimentos gratuitos para o pessoal das tropas e pasto para os animais”.

"(...) além da numerosa população, que tira sua subsistência imediatamente da mineração [de diamantes], um número muito mais considerável a obtém indiretamente. Sem falar na classe do comércio, que põe em giro neste país avultada soma de capitais, a agricultura não tem outro fiador, que não seja a mineração; e o município de Diamantina consome, além de seus próprios produtos agrícolas, o excesso de produção que superabunda no município da cidade de Serro, habitado por mais de cem mil almas, e consideráveis exportações de outros municípios limítrofes, como os de Formigas, Curvelo e Minas Novas.

Ora toda esta população agrícola nada podendo exportar para fora da província, por ser o país [sic] central e na maior parte dos casos os preços de transportes dos gêneros agrícolas exceder o seu valor, [toda esta população tem] sua subsistência essencialmente ligada à prosperidade da mineração"⁽⁴¹⁾.

No mesmo relatório, refere-se a "uma população de mais de cento e cinquenta mil habitantes que direta ou indiretamente tira sua subsistência da mineração de diamantes": isto é, uma população que em 1840 constituía aproximadamente 15% dos habitantes de Minas⁽⁴²⁾. Enfim, para lançar diamantes junto com porcos, a produção voltada **para fora** teve um impacto sobre a economia interna que não é visível nos dados sobre exportação.

Estes últimos, no entanto, são essenciais para testar a hipótese de que o centro dinâmico da economia de Minas encontrava-se no setor exportador. Evidentemente, se este setor fosse muito pequeno não faria sentido insistir na importância dos seus efeitos multiplicadores sobre a economia interna. Ora, já vimos que o valor de todas as exportações de Minas era razoavelmente grande na primeira metade do século, tanto em termos absolutos (teria permitido a importação de um número surpreendente de escravos) quanto em termos relativos. No entanto, o que mais pesa neste contexto é outra questão: qual a importância do setor exportador de Minas em relação à economia da província como um todo? Para responder a esta pergunta, esqueçamos de ouro e diamantes e focalizemos o setor de exportação de mercadorias não-cafeeiras, o setor que os Martins enfatizam no seu artigo e réplica. Os Martins afirmam que

(41) Citado em SANTOS (1978, p.394).

(42) SANTOS (1978, p.396). Da mesma maneira, LIBBY (1979, p.79-85) argumenta que a *Saint John d'El Rey Mining Company* (a Mina de Morro Velho), a maior companhia inglesa de mineração em Minas, tinha um impacto da maior importância na economia monetizada (especialmente com respeito à produção de mantimentos, madeira e produtos de ferro) de uma grande parte da Metalúrgica-Mantiqueira e áreas de regiões limítrofes.

“nos casos de gado vacuum, porcos, toucinho e pano de algodão grosso [que figuravam entre os principais produtos não-cafeeiros vendidos para fora da província antes de 1850] o consumo interno era muito maior do que as exportações” Eles também enfatizam que estes artigos *“são produtos com um baixo conteúdo de mão-de-obra e/ou não facilmente identificáveis com o trabalho escravo”* (MARTINS & MARTINS FILHO, 1984, p.142). Em outras palavras, os Martins argumentam que o setor exportador de mercadorias (exclusive o café), no seu volume de produção e utilização de escravos, ocupavam uma posição tão insignificante na vida produtiva da província que seria absurdo pensar que pudesse ter sido o centro dinâmico da economia escravista, muito menos da economia como um todo.

Estas objeções, no entanto, não são respaldadas pela evidência. Em 1819, segundo estimativas do próprio Roberto Martins, 23% da produção de suínos da província e 47% da produção de gado *vacuum* foram exportados. Já na década de 1840, estas cifras diminuíram, mas ainda assim situaram-se, respectivamente, em 17% e 34%⁽⁴³⁾. No caso de pano de algodão, os Martins calculam que a exportação representava “entre um terço e um quarto” da produção total da província no período em estudo⁽⁴⁴⁾. Estas cifras são impressionantes, já que se tratam de produtos de consumo básico, dos quais praticamente não havia importação. Todo mineiro tinha que se vestir; mesmo assim, para cada dois ou três metros de pano de algodão produzidos para o consumo interno, fabricava-se também um metro para a exportação. Todo mineiro tinha que comer – e como observa Caio Prado Júnior, *“nas capitanias do Centro Sul... [a carne de porco] entr[ava] em grande proporção para a dieta dos habitantes”* e mais ainda *“o toucinho com que se condiment[avam] os alimentos(...) e do qual se extra[ía] a banha, a universal matéria graxa da cozinha brasileira”* (PRADO JÚNIOR, 1963, p.197-198); mesmo assim, para cada quatro porcos abatidos para o consumo interno, exportava-se mais um. Por mais impressionantes que sejam estas cifras, no entanto, **subestimam em muito** a importância do setor exportador na vida econômica de Minas. Subestimam porque os Martins incluem em seus cálculos de consumo interno a população do setor de subsistência, que reconhecem ser especialmente grande. Sem dúvida

(43) MARTINS (1980a, p.284-285). As cifras aqui indicadas para a década de 1840 são as médias simples das percentagens calculadas por R. Martins para 1840, 1843 e 1845. A “produção” de gado bovino e suíno é definida como a soma do consumo interno mais a exportação; não inclui o aumento anual dos rebanhos. Martins argumenta que isto faz com que as percentagens por ele calculadas exagerem a importância das exportações. Não concordo, pois o crescimento do rebanho num determinado ano representa um aumento de capital. Esse aumento, numa contabilidade correta, não seria alocado totalmente à categoria “não exportação”, como Martins parece entender, mas seria dividido entre as contas de futuras exportações ou de futuro consumo, segundo a razão entre esses dois destinos do produto no ano em questão.

(44) MARTINS & MARTINS FILHO (1984, nota 16, p.142). Ver também MARTINS (1983b, p.88).

alguma a exportação de bovinos, suínos e panos de algodão representava uma proporção muito significativa da produção mineira destes artigos destinada **ao mercado**⁽⁴⁵⁾.

Igualmente, é muito questionável a idéia de que a pecuária e a manufatura de têxteis “*não [são] facilmente identificáveis com o trabalho escravo*” No comentário anterior externei minhas dúvidas sobre a conclusão dos Martins de que a manufatura doméstica de tecidos empregava poucos escravos. No caso das fazendas de gado *vacum* a evidência disponível é muito mais evidente e não apóia o argumento dos Martins. Segundo Saint-Hilaire, nas fazendas de gado do Sul de Minas “*o cuidado dos animais é normalmente confiado a escravos*”⁽⁴⁶⁾. Caio Prado Júnior, baseando-se em Saint-Hilaire e outras fontes, é ainda mais taxativo: “*o trabalhador é aí [no Sul] o escravo, e livres nas fazendas são apenas o proprietário e sua família*” (PRADO JÚNIOR, 1963, p.196). Nem Saint-Hilaire, nem Caio Prado indica o tipo de trabalho utilizado nas fazendas de criação de porcos do Sul; contudo, em vista do que acontecia nas fazendas de gado bovino, e dado que a criação de suínos era uma atividade mais sedentária (e portanto apresentava menos oportunidade para a fuga do trabalhador), não há razão alguma para supor, *a priori*, que aqui a mão-de-obra livre predominava sobre a escrava.

Com relação à idéia de que a pecuária em Minas utilizasse “um baixo conteúdo de mão-de-obra”, já vimos que a criação de suínos implicava uma prática agrícola paralela que só podia ser “trabalho intensivo” Não tem importância, então, se o trato desses animais em si requeria pouca mão-de-obra. Por outro lado, no caso das fazendas de gado do Sul, são relevantes as observações de Caio Prado de que a utilização de escravos era:

“Efeito provável de uma sedentariedade maior das ocupações em confronto com as do Nordeste, e mais compatíveis [sic] com o tra-

(45) MARTINS (1980a, p.284), argumenta que seus cálculos de consumo interno (baseado em dados sobre a produção e população em censos locais de 1836 na província de São Paulo) provavelmente são subestimados. Contudo, somente um erro extraordinário nesses cálculos faria com que as conclusões indicadas fossem invalidadas. Por exemplo, se o consumo interno fosse o dobro daquele indicado por Martins e se uma quarta parte desse consumo ocorresse fora da economia de mercado (estimativa que não me parece exagerada), ainda assim Minas teria exportado em 1819 respectivamente 17% e 37% do gado suíno e *vacum* produzido na província **para o mercado**. Sob as mesmas hipóteses, a exportação de pano de algodão, no período de 1819 à década de 1860, representaria entre 18% e 25% do que foi produzido para a venda. Estas cifras continuam sendo muito expressivas.

(46) SAINT-HILAIRE (1975, p. 50). MARTINS & MARTINS FILHO (1984, p.141), argumentam que no Sul, segundo Saint-Hilaire, “*os escravos eram pouco numerosos, sendo superados por trabalhadores livres na proporção de três a um*”. Na verdade, o que SAINT-HILAIRE (1974, p.54) diz é que “*na paróquia de Aiuruoca e arredores [no Sul de Minas], (...) os escravos estão para os homens livres na proporção de um para três*”. É evidente que a observação diz respeito à população como um todo, não aos trabalhadores, e muito menos aos trabalhadores nas fazendas, como os Martins dão a entender.

balho do africano. Efeito também do nível econômico superior da pecuária sul-mineira, o que lhe permit[ia] o emprego de mais capital” (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 196).

O mesmo autor observa que nas fazendas do Sul, em contraste com as do Nordeste, *“cuid[ava]-se dos pastos com mais atenção”*, praticava-se a agricultura, o que permitia *“fornecer aos animais um suplemento de ração, para o que se utiliz[ava] sobretudo o farelo de milho”* e produzia-se laticínios para o mercado (PRADO JÚNIOR, 1963, p. 195-196). Enfim, o trabalho mais sedentário, a capitalização mais alta e a diversificação da produção destas fazendas, implicaram, sem dúvida, uma maior utilização de mão-de-obra do que a pecuária do sertão nordestino.

Os Martins, no entanto, não comparam a fazenda de gado mineiro à do nordeste, mas à *plantation* de café e existe pouca dúvida de que esta tenha utilizado “um maior conteúdo” de mão-de-obra do que aquela. Também, o argumento de que a mineração de ouro e diamantes empregava de forma direta poucos escravos, parece-me convincente. Contudo, como enfatizei no comentário anterior, o que importa para esta discussão não é a percentagem de trabalhadores diretamente engajada no setor de exportação, mas o tamanho do efeito multiplicador deste setor sobre o resto da economia. Ora, tudo indica que este efeito teria sido proporcionalmente maior em Minas do que em São Paulo ou Rio de Janeiro. Em grande parte de Minas os altos custos do transporte de mercadorias vindas do litoral funcionavam como tarifas protecionistas, permitindo que a agricultura e manufatura doméstica (de produtos metalúrgicos e pano de algodão, por exemplo) expandissem sua produção para o mercado a fim de atender à demanda do setor exportador e das atividades internas ligadas a este. Em contraste, no Rio e em São Paulo, uma boa parte dessa demanda foi desviada para o setor importador, deixando à margem a economia interna dessas províncias, e estimulando em troca atividades externas, tais como as indústrias têxtil e metalúrgica da Inglaterra, as fazendas de criação de muare no Rio Grande do Sul, as charqueadas da mesma província (que, por sinal, empregavam principalmente escravos), e as fazendas de gado e a manufatura de panos em Minas.

Ao ser uma economia “fechada” – à maioria das importações, não à possibilidade de exportar – Minas, no fim do período colonial e no Império, assemelhava-se à área, no século XVIII, que é hoje o noroeste da Argentina. Neste caso, também, a conjunção de altos custos de importação e um setor exportador significativo – que fornecia gado muar, bovino e cavalar para a região das minas de prata do Alto Peru (hoje Bolívia), arroz para esse mercado e outros mais próximos, e panos de algodão para o litoral – criou um mercado interno e gerou uma agricultura comercial e uma manufatura doméstica bastante diversi-

ficada para suprir esse mercado⁽⁴⁷⁾. Na verdade, as semelhanças entre as duas regiões vão mais longe, já que em ambas havia abundância de terra e pouca gente, os dois fatores que Wakefield reconhecia como empecilhos à formação de um mercado de mão-de-obra livre. Ao que parece, na colônia espanhola este “problema” foi resolvido pela concentração da posse das melhores terras por leis que puniam a “vadiagem” entre trabalhadores livres e pelo recurso à escravidão africana⁽⁴⁸⁾. Em Minas, à semelhança do que aconteceu em outras regiões do Brasil, provavelmente ocorreu também um processo de concentração da posse da terra e surgiram práticas informais, senão legais, de disciplinar o trabalhador livre. Todavia, no período anterior a 1850, a solução principal foi outra. Graças ao fato de Minas pertencer a um sistema colonial, e posteriormente nacional, em que o Estado fazia vista grossa (quando não sorria) diante da existência de um enorme tráfico de escravos, foi possível aos mineiros importar um grande número de africanos⁽⁴⁹⁾.

A maior importância da escravidão em Minas, no entanto, não deve nos iludir. Em ambos os casos, o que mais incentivou as tentativas de escravizar o trabalho ou reduzir a liberdade de acesso à terra não foi a existência do fator Wakefield em si, mas a possibilidade de usar o trabalho e a terra, uma vez subjugados, para a produção mercantil. Minas não teria importado tantos escravos – de fato, não poderia ter importado – se não tivesse tido uma economia de mercado bastante grande; e essa economia, por sua vez, não teria alcançado as proporções que teve se não fosse pelo setor exportador da província. Elucidativo neste contexto é o caso de Goiás. Nesta província, que no século XVIII também era uma grande produtora de ouro, o declínio da economia de exportação, de 1750 ao início do século, foi fulminante. A mineração de ouro em 1819 era pequena e ao que parece diminuiu ainda mais em anos posteriores. No mesmo período, a exportação de produtos agropecuários e de pano de algodão era muito reduzida – o que não é de se estranhar, dada a distância da província do Rio de Janeiro e de São Paulo e a concorrência dos mineiros nesses mercados. Como resultado, o valor *per capita* das exportações de mercadorias e de minérios preciosos em Goiás era muito baixo: em torno de \$933.

(47) Ver a breve descrição das economias de Salto, Tucumán, Santiago del Estero e Catamarca em DONGHI (1972, p.17-24).

(48) Sobre a concentração da posse de terra, ver DONGHI (1972, p.17-24) e, a respeito de Salto, HAIGH (1968). No concernente à legislação sobre vadiagem, ver SLATTA (1980, p.450-472). Embora SLATTA focalize a experiência de Buenos Aires, cita a legislação do final do período colonial, extensiva a todo o *Virreinato de La Plata*. SCOBIE (1971, p.31) fornece dados sobre a população de Jujuy e Tucumán por volta de 1770, que indicam uma presença importante de negros e mulatos.

(49) Sobre o papel do Estado na promoção do tráfico africano de escravos, ver NOVAIS (1979, p.92-106) e ALENCASTRO (1979, p. 326-419).

em 1819, o que dá um índice de 24, comparado ao de 86 para Minas e ao de 100 para o Brasil no mesmo ano⁽⁵⁰⁾. Apesar de tudo isso, Goiás, como Minas, certamente possuía terra em abundância relativamente ao tamanho de sua população. Existe evidência de que sua economia “vicinal”, funcionando na sombra de Wakefield e gozando como Minas de acesso ao tráfico africano, também deu origem a um grande influxo de escravos, como o modelo dos Martins levaria a supor⁽⁵¹⁾? De maneira alguma. Segundo estudo recente de Eurípedes Antonio Funes, a população escrava de Goiás diminuiu durante a primeira metade do século XIX, e as importações de escravos – medidas diretamente através dos registros oficiais de entradas de cativos e não apenas por meio dos dados censitários – eram diminutas. Ao mesmo tempo, os preços de escravos em Goiás entre 1824 e 1850 situavam-se sistematicamente abaixo dos de Vassouras e Bahia, o que é coerente com a evidência de que o fluxo de escravos para a província era insignificante⁽⁵²⁾.

Pelo que já foi dito aqui e no comentário anterior, podemos esboçar um modelo alternativo da economia mineira no século XIX que não só explique os resultados dos Martins, mas que também seja coerente com alguns aspectos importantes da historiografia “tradicional” sobre a província. Os dados demográficos apresentados pelos Martins indicam que a população escrava de Minas cresceu bastante no período 1800-1850. A evidência atualmente disponível sugere que esse aumento deveu-se à importação maciça de africanos; mas mesmo se a causa fosse o crescimento vegetativo da população escrava, ainda teríamos que explicar porque Minas **segurou** tantos cativos, ao invés de perdê-los para outras províncias⁽⁵³⁾. Se meu argumento estiver correto, o apego dos mineiros à escravidão nesses anos decorria principalmente de dois fato-

(50) O índice para Goiás foi calculado a partir dos dados de 1825 sobre o valor das exportações de mercadorias (29:450\$400), dados de 1819 sobre população (63.186 pessoas) e de informação de 1820 sobre o volume de arrecadação do Quinto (menos de uma arroba [14,688 kg.], o que indicaria uma produção total de ouro, incluindo contrabando, no valor de 29:492\$720, no máximo). Fontes: FUNES (1983, p. 54-76 e 106); ESCHWEGE (1944, vol. I, p. 360 e 362). Tanto para Goiás quanto para Minas utilizei o mesmo método (e estimativas de preços) para calcular o valor da produção de ouro; ver Apêndice.

(51) “Economia Vicinal” – significando uma economia orientada à produção para o consumo local e para mercados locais – é termo utilizado por MARTINS (1980a, cap.V); evidentemente, seria mais aplicável a Goiás do que a Minas.

(52) A população escrava de Goiás diminuiu de aproximadamente 28.000 em 1819 para 12.000 em 1856. Os vários registros de entradas de escravos na província, embora incompletos, cobrem a maior parte do período 1791 a 1831, e acusam um total de 7.353 cativos; dados mais detalhados sobre um número bastante grande destas pessoas sugerem que aproximadamente a metade estava em trânsito para Mato Grosso (FUNES, 1983, p. 112, 115-118).

(53) Na sua crítica ao trabalho de Roberto Martins, Francisco Vidal Luna e Wilson Cano aceitam a idéia de que a economia mineira no século XIX tinha “*um baixo grau de mercantilização*”, e argumentam que, em vista deste fato, é mais provável que o crescimento da população escrava tenha sido ...

res: 1) da força do setor de exportação da província (exportação de mercadorias e de minérios preciosos), que era razoavelmente grande no contexto da época, especialmente nas primeiras décadas do século; 2) do alto custo de transporte do litoral, que permitiu uma substituição significativa de importações, ou seja, que garantiu que a demanda do setor externo estimulasse (através das ligações primárias, secundárias e terciárias indicadas no comentário anterior) principalmente a produção interna da província, ao invés de gerar um grande influxo de mercadorias de fora. Wakefield, no entanto, não estava ausente de Minas; inclusive, é provável que tenha estado mais presente do que em muitas outras regiões. Como a terra era abundante e portanto o trabalho não podia ser subjugado pelo salário; como a produção camponesa de mantimentos e outras mercadorias destinadas à venda no Brasil provavelmente era pequena e altamente inelástica; e como as condições políticas permitiam o acesso à mão-de-obra africana por preços relativamente baixos, os empregadores mineiros, em potencial, que tinham capitais, recorreram ao escravo: não só em atividades voltadas para fora, mas também na produção para o mercado interno. Vale dizer que o grande efeito multiplicador das atividades de exportação em Minas foi sentido especialmente pelo setor escravista da província e não pelo setor que usava o trabalho livre. Como as exportações mineiras (especialmente as de ouro e diamantes) requeriam, em termos relativos, pouca mão-de-obra, é provável que a maioria dos escravos em Minas trabalhasse para suprir o mercado interno da província. Mesmo assim, o centro dinâmico da economia mineira – a atividade que criava esse mercado interno e determinava como a província deveria empregar seus escravos – teria sido o setor exportador.

De 1819 a meados do século, no entanto, a importância de Minas como economia de exportação diminuiu dentro do contexto brasileiro. De 1850 até o fim do Império, o setor de mineração perdeu peso na economia da província, havendo também uma queda significativa na exportação de pano de algodão, mudanças estas que contribuíram para o declínio de grande parte do interior de Minas com relação a áreas próximas às fronteiras do Rio de Janeiro e de São Paulo (principalmente a Zona da Mata e o Sul), e mais integradas ao complexo cafeeiro. Enfim, a historiografia que enfatiza a “decadência” econômica em Minas durante o século XIX, especialmente nas antigas regiões mineradoras, tem uma base empírica significativa, embora seja necessário reavaliar o ritmo, a localização no espaço e a profundidade de tal decadência à luz dos resultados dos Martins e do que foi aqui apresentado. Por outro lado, se – como é prová-

... o resultado de causas naturais, não da importação de africanos (para a qual não teria havido capital-dinheiro suficiente). Contudo, eles reconhecem o problema central deste argumento: “*por que não se converteram esses escravos (...) em capital, pela venda à economia cafeeira (...)?*” (LUNA & CANO, 1983, p. 13).

vel – o fator Wakefield realmente foi mais importante em Minas do que no Brasil como um todo, teria havido na província uma congruência realmente grande entre o setor escravista e o setor monetizado da economia. Haveria, nesse caso, um paralelo curioso entre Minas no século XIX e o Sul dos Estados Unidos no período antes da Guerra de Secessão. Os historiadores norte-americanos têm pintado quadros diametralmente opostos da sociedade do “Velho Sul”, conforme têm enfatizado o setor livre ou o setor escravista – alternando, respectivamente, visões de uma sociedade camponesa, economicamente “democrática”, cuja base era a agricultura de subsistência, e uma sociedade de *plantation*, de renda altamente concentrada e orientada para mercados externos. Igualmente, seria possível traçar uma imagem dupla de Minas. A historiografia “tradicional” sobre a província, enfatizando a involução econômica – a passagem de uma economia de mercado no século XVIII para uma economia camponesa de subsistência no século XIX – fornece uma dessas imagens. Meu argumento, frisando a importância da economia de exportação em Minas no século XIX, suas ligações com o mercado interno e seu impulso ao setor escravista, sugere outra imagem⁽⁵⁴⁾. Como no caso dos Estados Unidos, no entanto, as duas visões não seriam contraditórias, mas complementares, expressando aspectos diferentes da mesma realidade⁽⁵⁵⁾.

Há uma velha expressão paulista que diz (com certa paráfrase da minha parte): “onde acaba a estrada (de ferro) começa Minas” Embora não mais sirva para retratar a economia de Minas, a frase ainda vale para caracterizar nosso parco conhecimento de alguns aspectos da história dessa região, mormente no que diz respeito à sua vida produtiva e relações de trabalho no século XIX. A tarefa que enfrentamos não é a de colocar o caso de Minas oitocentista “de volta nos trilhos” (como os Martins sugerem que eu queira fazer), nem a de “descarrilhá-lo”, mas a de construir um novo caminho. Com certeza, quanto mais trabalho for feito nesse sentido, mais as “estradas de ferro” de São Paulo (e do Rio) precisarão de reformas importantes. Os Martins têm contribuído de maneira fundamental para essa pesquisa sobre Minas e merecem as nossas congratulações. Seja a província uma economia autárquica ou profundamente ligada às atividades de exportações, certamente é um caso à parte, e um desafio aos modelos existentes da escravidão moderna.

(54) Não sou o primeiro a esboçar esta imagem de Minas. Desde perspectivas diferentes, PRADO JÚNIOR (1963), MAXWELL (1977, cap.IV), GORENDER (1978, p.447-450) e LENHARO (1979), questionam a idéia, defendida especialmente por SIMONSEN (1957) e FURTADO (1977), de que a queda da produção de ouro em Minas na segunda metade do século XVIII causou uma grave depressão no comércio e uma involução econômica sem precedentes. Ver os comentários históricos em LENHARO (1979, p.33-36).

(55) Sobre o Sul dos EUA, ver WRIGHT (1978, cap.3).

APÊNDICE

Fontes e Dados para o Cálculo do Valor Total e do Valor Per Capita das Exportações de Ouro e Diamantes: Minas Gerais e Brasil, 1819, 1845, 1854 e 1873.

1. Fontes das Estimativas de População

SOUZA & SILVA (1870, p.145 e *passim*) para 1819; OLIVEIRA VIANNA (1922, vol. I, p.414-418) para 1872 (1873 no caso de Minas) e 1890. Estimativas de população para os anos intermediários foram calculadas a partir das informações para estas datas, utilizando as taxas médias anuais de crescimento entre as mesmas.

2. Valor de Ouro e Diamantes – Minas Gerais

1819 - Sete arrobas (102,823 kg.) de ouro em pó foram arrecadadas em Minas pelo Quinto; estimou-se que o contrabando foi igual a esta quantia (ESCHWEGE, 1944, vol. I, p.360, 369; utilizo aqui e em outros cálculos o valor de 1 arroba = 14,688 Kg, seguindo LAËRNE; 1885, p.625). Portanto a produção total era de 514,115 Kg (baseando-se nos dados oficiais) ou de 616,938 kg. (incluindo o contrabando). O preço oficial do ouro em pó (um valor abaixo do preço de mercado) era de 1\$200 a oitava (3,586 gramas) (SIMONSEN, 1957, p.283). Portanto, o valor total da produção de ouro era de 172:041\$000 (baseando-se nos dados oficiais) ou de 206:449\$000 (incluindo o contrabando). A produção oficial de diamantes em 1819 foi de aproximadamente 8.230 quilates (a média da produção em 1818-1819 e 1819-1829), enquanto que o contrabando foi calculado em duas vezes esta quantidade. O diamante era comumente avaliado em 8\$000 o quilate (ESCHWEGE, 1944, vol. II, p.188, 190-191 [nota do tradutor]). Portanto, o valor total da produção de diamantes era de 65:840\$000 (baseando-se nos dados oficiais) ou de 197:520\$000 (incluindo o contrabando).

Presumi, tanto para ouro quanto para diamantes, que em 1819 “produção” era sinônimo de “exportação”. Mesmo assim, estas cifras, como estimativas do valor das exportações, seriam conservadoras, já que os dados sobre produção provavelmente ficam bastante aquém da realidade. No caso do ouro, utilizei os dados sobre o Quinto em 1819, que são consideravelmente mais baixos do que as médias anuais de 1810-1819 e da década de 1820, cifras que seriam mais representativas do período. Além disso, Eschwege nota explicita-

mente que seu cálculo do volume de contrabando é uma estimativa mínima, o que parece ser confirmado por PINTO (1979, p.114-116), cujas estimativas da produção de ouro no século XVIII são significativamente mais altas do que as de Eschwege. Também CALÓGERAS (1904-1905, vol. I, p.224) chama a atenção para o *"declínio do aparelho fiscal"* no Brasil no final do período colonial e apresenta uma estimativa de contrabando para os anos 1801-1820 que está um pouco acima da de Eschwege. Finalmente, o ouro contrabandeado provavelmente foi vendido por um preço mais alto do que aquele fixado pelas autoridades. No caso de diamantes, ESCHWEGE (1944, vol. II, p.189-190) adverte que *"o cálculo do lucro da Extração Diamantina [a empresa oficial] foi baseado no seu valor corrente, considerando-se somente um quilate. Mas como esse valor pode subir dez ou mais vezes quando o peso for superior a um quilate, pode dobrar-se possivelmente o lucro computado"*. O que diz Eschwege sobre o lucro vale evidentemente para o valor total da extração de diamantes.

1845 e 1854: Estimou-se a exportação de ouro em 2.400 kg. em 1845 e 2.200 kg. em 1854, respectivamente, as médias anuais de produção para a década de 1840 e o quinquênio de 1851-1855 (SOETBEER, 1879 p.92, citado por NORMANO, 1975, p.47). Utilizei os preços médios anuais de ouro (por libra troy ou 374 gramas) vendido pela Mina de Ouro Velho, indicados em LIBBY (1979, p.170). (Usei o preço no mercado do Rio em 1854 – £39.19s.5d – e o preço em Londres em 1845 – £39.1s.6d –, quando não havia dados sobre o Rio; contudo, na grande maioria dos anos os dois preços estavam muito próximos). O valor total, em libras esterlinas, foi transformado em mil-réis (2.367:811\$000 em 1845 e 2.042:753\$000 em 1854) utilizando as taxas de câmbio para esses anos do IBGE (1939-1940, p.1353). (A conversão para 1873 também se fez com base nesta fonte.) Para o caso de diamantes, utilizei para ambos (1845 e 1854) a média anual de exportações de diamantes pelo porto do Rio entre 1854-1855 e 1860-1861 (107.256 quilates) (MARTINS, 1980a, p.83). Aceitei como preço médio por quilate em ambos os anos a estimativa de 1837 de duas libras esterlinas (MATOS, 1969, vol. I, p.336). Os valores totais são: 2.023:921\$000 (1845) e 1.863:680\$000 (1854).

É possível que as estimativas de A. Soetbeer referentes à produção de ouro sejam altas demais. CALÓGERAS (1904-1905, vol. I, p.224-225), LIBBY (1979, p.48) e MARTINS FILHO & MARTINS (1983, p.541), seguem a estimativa de um autor inglês do século passado (HENWOOD, 1871, p. 367-369), que dá uma média anual para 1820-1860 de 1.602 kg. (cálculos meus, baseados nos dados fornecidos por D. Libby), o que equivale somente a 66% da média de A. Soetbeer para o mesmo período. Entretanto, ao que parece, esses autores desconhecem o trabalho de Soetbeer. Além disso, o maior detalhamento nos dados deste (apresentados por década ou quinquênio), e sua concordância substancial com as estimativas de Noya Pinto em se tratando do século XVIII

(PINTO, 1979, p.114-116), sugerem que eles são mais fidedignos que as cifras de Henwood. Em todo caso, mesmo que o valor do ouro extraído em 1845 e 1854 fosse somente 66% das estimativas de Soetbeer que utilizei para esses anos, os índices finais para Minas (na última coluna da tabela 2) ainda seriam, respectivamente, 57 e 58, o que não modificaria as conclusões deste ensaio. Os dados que dizem respeito a diamantes são mais precários, especialmente a informação sobre preços. Contudo, o preço citado por Eschwege para 1819 corresponde nesse ano a 2,25 libras esterlinas por quilate, o que não difere muito do preço indicado por R.J.C. Matos para 1837. Isto sugere que o preço de diamantes em moeda inglesa não mudou muito durante o período. Além disso, a advertência de Eschwege, citada anteriormente continua a ser válida. Finalmente, é importante notar que as cifras oficiais sobre exportações de diamantes para o estrangeiro subestimam, de maneira significativa, a exportação real. Segundo CALÓGERAS (1904-1905, vol. I, p.327), mesmo na década de 1850, *"o contrabando desviava largas partidas"* de diamantes; também havia pedras que eram vendidas no mercado interno e nunca exportadas para outros países. Além disso, utilizei dados sobre as exportações de diamantes pelo porto do Rio de Janeiro, quando provavelmente também houve remessas significativas de diamantes mineiros pela Bahia. (Dados sobre a exportação desta pedra preciosa pelo porto de Salvador em meados do século existem, mas não discriminam entre diamantes de Minas e da província da Bahia, que nessa época também era um produtor importante. Ver CALÓGERAS (1904-1905, vol. I, p. 327.)

1873: A exportação de diamantes diminuiu entre a década de 1850 e a de 1870 (MARTINS, 1980a, p.83); contudo, não encontrei dados sobre preços. No caso do ouro, utilizei a estimativa de A. Soetbeer da produção média anual de 1871-1875 (1.720 kg.; NORMANO, 1975, p.47), e os dados de Libby sobre preços em libras esterlinas no mercado de Londres (£39.17s.11d por libra troy; LIBBY, 1979, p.170) que dão um valor total em mil-réis de 1.687:639\$000.

3. Valor de Ouro e Diamantes – Brasil

Para 1819, presumi que Minas produziu/exportou todos os diamantes do Brasil, e (seguindo Eschwege) 7/9 do ouro do país. Para os outros anos, presumi (seguindo LIBBY, 1979, p.48), que Minas produziu/exportou a totalidade do ouro do Brasil. Para o caso de diamantes em 1845 e 1854, utilizei as estimativas da exportação média anual para o estrangeiro entre 1852 e 1862 (191.520 quilates; CALÓGERAS, 1904-1905, vol. I, p.329). Para todos esses anos usei os preços para ouro e diamantes indicados acima para o caso de Minas.

Referências Bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. La traite négrière et l'Unité Nationale Brésilienne. *Revue Française d'Histoire d'Oltre Mer*, 60(244-245):396-419, 1979.
- ANDRADE, Maria José de Souza. *A mão-de-obra escrava em Salvador de 1811 a 1860. Um estudo de História Quantitativa*. Tese de Mestrado, Universidade Federal da Bahia, 1975.
- ANÔNIMO. Estatística da produção do ouro na Província de Minas Gerais no Anno de 1879. *Annaes da Escola de Minas de Ouro Preto*, vol. 1, nº 168, 1881. Reproduzido em FERREIRA, Francisco Ignacio, *Diccionario Geographico das Minas do Brasil*. Rio de Janeiro, 1885, p.659-661.
- ARRUDA, José Jobson de A. *O Brasil no comércio colonial*. São Paulo, Ática, 1980.
- CALÓGERAS, João Pandiá. *As minas do Brasil e sua legislação*. 3 vols. Rio de Janeiro, Nacional, 1904-1905, vol. I.
- COSTA, Iraci del Nero da. *Vila Rica: população (1719-1826)*. São Paulo, IPE/USP, 1979 (Série Ensaios Econômicos, 1).
- . *Populações mineiras*. São Paulo, IPE/USP, 1981 (Série Ensaios Econômicos, 7).
- CURTIN, Philip. *The Atlantic slave trade: a census*. University of Wisconsin Press, 1969.
- DEAN, Warren. Comments on "Slavery in a nonexport economy" (II) *Hispanic American Historical Review*, 63(3):582-584, ago. 1983.
- DOMAR, Evsey. The causes of slavery or serfdom: a hypothesis. *Journal of Economic History*, 30, mar. 1970.
- DONGHI, Tulio Halperin. *Revolución y guerra: formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.
- ELTIS, D. The direction and fluctuation of the transatlantic slave trade, 1821-1843: a revision of the 1845 parliamentary paper. In: GENERY, H. & HOGENDORN, J. S. (coord.) *The Uncommon market: essays in the economic history of the Atlantic slave trade*. New York, Academic Press, 1979.
- ENGERMAN, Stanley L. & GENOVESE, Eugene D. Comments on "Slavery in a nonexport economy" (III) *Hispanic American Historical Review*, 63(3):585-590, ago. 1983.
- ESCHWEGE, W. L. von. *Pluto Brasiliensis*. 2 vols. São Paulo, Nacional, 1944 (original alemão de 1833).
- FUNES, Euripedes Antônio. *Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à pecuária*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, 1983.
- FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 15.ed. São Paulo, Nacional, 1977.
- GOLDIN, Claudia. *Urban slavery in the American South, 1820-1860. A quantitative history*. Chicago, University of Chicago Press, 1976.
- GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1978.
- HAIGH, Roger M. *Martín Güemes: tyrant or tool: study of the sources of power of an Argentine caudillo*. Fourth Worth, Texas Christian University Press, 1968.
- HENWOOD, W. J. Observation on metalliferous deposits. In: *Transactions of the royal geological society of Cornwall*. Penzance, 1871.
- IBGE. *Anuário Estatístico do Brasil*. Rio de Janeiro, Ano V (1939-1940).
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro (1835-1889)*. Rio de Janeiro, MEC/Instituto Nacional do Livro, 1958.
- KARASCH, Mary. *Slave life in Rio de Janeiro 1808-1850*. Tese de Doutorado, University of Wisconsin (EUA), 1972.
- LAËRNE, C. F. van Delden. *Brazil and Java: report on coffee-culture in America, Asia and Africa*. Londres/Haia, W. H. Allen/Martinus Nijhoff, 1885.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. Balança comercial, balanço de pagamentos e meio circulante no Brasil no Segundo Império: uma nota para revisão. *Revista Brasileira de Economia*, 36(4):489-508, 1982.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da corte na formação política do Brasil, 1808-1842*. São Paulo, Símbolo, 1979.
- LIBBY, Douglas. *O trabalho escravo na mina de Morro Velho*. Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais, 1979.
- LUNA, Francisco Vidal. *Minas Gerais: escravos e senhores*. São Paulo, IPE/USP, 1981 (Série Ensaios Econômicos, 8).
- . & CANO, Wilson. A reprodução natural de escravos em Minas Gerais (século XIX): uma hipótese. In: LUNA & CANO, Economia escravista em Minas Gerais, *Cadernos IFCH UNICAMP*, 10:1-14, out. 1983.
- LUNA, Francisco Vidal & COSTA, Iraci del Nero da. Posse de escravos em São Paulo no início do século XIX. *Estudos Econômicos*, 13(1):211-221, 1983.
- MARTINS, Roberto B. *Growing in silence: the slave economy of nineteenth-century Minas Gerais, Brazil*.

- Tese de doutorado, Vanderbilt University, 1980a.
- . *A economia escravista de Minas Gerais no século XIX*. Belo Horizonte, CEDEPLAR/UFMG, 1980b (mimeo., texto para discussão número 10).
- . Minas Gerais, século XIX: tráfico e apego à escravidão numa economia não-exportadora. *Estudos Econômicos*, 13(1):181-209, jan/abril, 1983a.
- . A indústria têxtil doméstica em Minas Gerais no século XIX. In: CEDEPLAR, *Seminário sobre a economia mineira II*, Diamantina, ago. 1983b.
- MARTINS FILHO, Amílcar & MARTINS, Roberto B. Slavery in a nonexport economy: nineteenth-century Minas Gerais revisited. *Hispanic American Historical Review*, 63(3):537-568, ago. 1983.
- MARTINS, Roberto B. & MARTINS FILHO, Amílcar. Slavery in a nonexport economy: a reply. *Hispanic American Historical Review*, 64(1):135-145, fev. 1984.
- MARTINS, Roberto B. & SALAZAR MARTINS, Maria do Carmo. As exportações de Minas Gerais no século XIX. *Seminário sobre a economia mineira*. Diamantina, set. 1982 (mimeo).
- MATOS, Raimundo José da Cunha. *Corografia histórica da província de Minas Gerais: 1837*. Vol. I. Belo Horizonte, Publicações do Arquivo Público Mineiro, 1969.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.
- MELLO, Pedro Carvalho de. Estimativa de longevidade de escravos no Brasil na segunda metade do século XIX. *Estudos Econômicos*, 13(1):151-179, jan/abril, 1983.
- . & SLENES, Robert W. Análise econômica da escravidão no Brasil. In: NEUHAUS, Paulo (coord.). *Economia brasileira, uma visão histórica*. Rio de Janeiro, Campus, 1980.
- MOTT, Luiz. Estrutura demográfica das fazendas de gado do Piauí colonial: um caso de povoamento rural centrífugo. *Ciência e Cultura*, 30:1196-1210, 1979.
- NIEBOER, H. J. *Slavery as an industrial system: ethnological researches*. A. Haia, 1900.
- NORMANO, J. F. *Evolução econômica do Brasil*. 2. ed. São Paulo, 1975.
- NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. São Paulo, HUCITEC, 1979.
- OLIVEIRA VIANNA, F. J. Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. In: Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, Directoria Geral de Estatística. *Recenseamento do Brasil realizado em 1 de setembro de 1920*. Rio de Janeiro, 1922.
- PHILLIPS, Ulrich B. *Life and labor in the old South*. Boston, 1941.
- PINTO, Virgílio de Noya. *O ouro brasileiro e o comércio anglo-português*. São Paulo, Nacional, 1979.
- PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo: colônia*. 7. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.
- SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Segunda viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais e a São Paulo, 1822*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1974.
- . *Viagens às nascentes do rio São Francisco*. Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/EDUSP, 1975.
- SANTOS, Joaquim Felício dos. *Memórias do distrito diamantino*. 5. ed. Petrópolis, 1978.
- SCHWARTZ, Stuart B. Padrões de propriedade de escravos nas Américas: nova evidência para o Brasil. *Estudos Econômicos*, 13(1):259-287, jan/abril, 1983.
- SCOBIE, James R. *Argentina: a city and a nation*. 2. ed. Nova York, Oxford University Press, 1971.
- SIMONSEN, Roberto. *História econômica do Brasil (1500-1820)*. 3. ed. São Paulo, Nacional, 1957.
- SLATTA, Richard. Rural criminality and social conflict in nineteenth-century Buenos Aires. *Hispanic American Historical Review*, 60(3):450-472, ago. 1980.
- SLENES, Robert W. O que Rui Barbosa não queimou: novas fontes para o estudo da escravidão no século XIX. *Estudos Econômicos*, 13(1):117-149, jan/abril, 1983a.
- . Comments on "Slavery in a nonexport economy" (I). *Hispanic American Historical Review*, 63(3):569-581, ago. 1983b.
- . *The demography and economics of Brazilian slavery: 1850-1888*. Tese de doutorado, Stanford University, 1976.
- SOUZA E SILVA, Joaquim Norberto de. *Investigação sobre os recenseamentos da população geral do Império e de cada província de per si tentados desde os tempos coloniais até hoje*. Rio de Janeiro, Typographia Perseverança, 1870.
- STEIN, Stanley J. *Vassouras: a Brazilian coffee-county, 1850-1900*. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1957.
- WAKEFIELD, E. G. *A view of the art of colonization*. New York, 1969.
- . *England and America*. New York, 1967.
- WRIGHT, Gavin. *The political economy of the cotton South: households, markets and wealth in the nineteenth century*. New York, Norton, 1978.

ZALUAR, Augusto-Emílio. *Peregrinação pela Província de São Paulo (1800-1861)*. São Paulo, Martins, 1953.

(Originais recebidos em julho de 1988).